

A Rússia e o alargamento da NATO**

O alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte tornou-se uma questão central na política externa e um tema polémico da política interna russa desde as vésperas do ciclo eleitoral que se iniciou, em 1995, com a escolha dos deputados à Duma estatal.

Esse contexto tem como efeito imediato uma rigidez crescente das posições oficiais, a par de um aparente consenso entre as facções políticas rivais, extremistas ou moderadas, contra o alargamento da coligação ocidental, visto como uma ameaça à segurança russa, como uma humilhação e uma afronta à dignidade nacional, e mesmo como uma traição dos antigos adversários, depois do fim da guerra fria.

É pouco provável que a política externa russa recupere flexibilidade durante o período eleitoral, até se realizarem eleições presidenciais, marcadas para Junho de 1996. Por outro lado, essa circunstância soma-se a um quadro geral de divisão interna, de flutuações erráticas e de indefinição sobre as orientações e as prioridades da Rússia pós-soviética que resultam de uma crise onde estão em jogo, simultaneamente, a mudança da natureza do Estado, do regime político e do modelo económico. A acumulação dessas três dimensões faz da transição russa um caso único entre as mudanças pós-comunistas — com a excepção possível, guardadas as proporções, do caso da Jugoslávia — e serve para explicar, em boa parte, a sua duração, que se pode prolongar ainda por mais algum tempo. Enquanto a crise subsistir, a evolução da política internacional da Rússia continuará a ser instável e imprevisível, oscilando entre tendências divergentes de «normalização» pós-imperial, de restauração neo-imperialista e de isolacionismo, numa sucessão de fases de abertura, de retracção ou de paralisia. Essa fluidez, por si mesma,

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Quero agradecer a Vasco Rato e a João Marques de Almeida as primeiras e segundas leituras pacientes e a Aleksandr Likhotal a discussão, ainda mais paciente, dos temas deste artigo, do qual sou, naturalmente, o único responsável. Este texto foi elaborado no quadro de um projecto de investigação do Instituto de Ciências Sociais sobre *O Futuro da Organização do Tratado do Atlântico Norte*, com o apoio da Direcção de Informação da NATO.

torna inevitável uma tensão entre o processo de mudança na Rússia e a pressão externa para a definição de uma estrutura estável dos equilíbrios regionais em torno do problema da expansão das fronteiras orientais da Organização do Tratado do Atlântico Norte. O modo como vier a ser resolvida essa questão condicionará, numa larga medida, o estatuto da Rússia na comunidade internacional e as condições da estabilidade europeia.

A POLÍTICA EXTERNA RUSSA

A revolução de 1989, com a deposição dos regimes comunistas nos Estados da antiga Europa de Leste, a unificação da Alemanha num quadro de continuidade das suas alianças externas e o fim consecutivo do regime comunista russo e da União Soviética, alterou radicalmente os termos de referência da política externa e da posição internacional da Rússia¹.

Em primeiro lugar, mudou a natureza da política externa, com a ruptura pós-totalitária. Por mais remotos que se tivessem tornado os fundamentos ideológicos do regime soviético, preso numa lenta petrificação, a legitimidade do domínio comunista continuou a depender, até ao último dia, da vocação universalista da sua ideologia redentora, que era suposto poder terminar

¹ Sobre a política externa da Rússia, cf. Peter Shearman (ed.) (1995), *Russian Foreign Policy since 1990*, Boulder, Westview Press; Leon Aron e Kenneth Jensen (eds.) (1994), *The Emergence of Russian Foreign Policy*, Washington, The United States Institute of Peace; Karen Dawisha e Bruce Parrott (1994), *Russia and the New States of Eurasia*, Cambridge, Ma., Cambridge University Press; Susan Crow (1993a), *The Making of Foreign Policy in Russia under Yeltsin*, RFE-RL Research Institute; Sergei Karaganov (1992), *Russia: the New Foreign Policy and Security Agenda. A View From Moscow*, Londres, London Defence Studies, 12, Center for Defence Studies, King's College; Neil Malcolm (ed.) (1994), *Russia and Europe: an End to Confrontation?*, Londres, Pinter; Stephen Sestanovich (ed.) (1994b), *Rethinking Russia's National Interests*, Washington, D. C., CSIS, série xvi, 1; Alexei Arbatov (1994), «Russian foreign policy priorities» in the 1990's», in Teresa Pelton Johnson e Steve Miller (eds.), *Russian Security after the Cold War: Seven Views from Moscow*, pp. 1-41, Washington, D. C., Brassey's; Robert Legvold (1992), «Foreign policy», in Timothy Colton e Robert Legvold (eds.), *After the Soviet Union. From Empire to Nations*, pp. 177-194, Nova Iorque, W. W. Norton; Alex Pravda (1994), «The politics of foreign policy», in Stephen White, Alex Pravda e Zvi Gitelman (eds.), *Developments in Russian and post-Soviet Politics*, pp. 208-233, Londres, Macmillan; Celeste Wallander e Jane Prokop (1993), «Soviet security strategies toward Europe: after the wall, with their backs up against it», in Robert Keohane, Joseph Nye e Stanley Hoffmann (eds.), *After the Cold War*, pp. 63-103, Cambridge, Ma., Harvard University Press; Bruce Porter (1991), «The coming resurgence of Russia», in *The National Interest*, 23, 1, pp. 14-23; Bruce Porter (1992), «A country instead of a cause: Russian foreign policy in the post-Soviet era», in *Washington Quarterly*, 15, 3, pp. 41-56; Sergei Rogov (1992), «International security and the collapse of the Soviet Union», in *Washington Quarterly*, 15, pp. 15-28; Robert Blackwil (1994a), «La Russie et l'Occident», in *Politique étrangère*, 2, 1994, pp. 393-405; Hannes Adomeit (1995), «Russia as a 'great power' in world affairs: images and reality», in *International Affairs*, 71, 1, pp. 35-68.

o ciclo histórico das guerras entre potências rivais e instaurar a paz perpétua, com a substituição do capitalismo pelo socialismo.

Essa mudança foi iniciada, em parte, com a revisão formal dos princípios da política externa soviética, sobretudo a partir de 1987, depois de Mikhail Gorbachev ter consolidado a sua posição interna. O «novo pensamento político» oficial² decidiu dispensar a «luta de classes» internacional, que se exprimia, designadamente, na «guerra fria»: os termos da divisão entre os dois «campos» foram declarados obsoletos, bem como a excessiva fixação nas dimensões estratégicas e militares, e, no seu lugar, a política soviética resolveu aderir a uma concepção internacionalista oposta, liberal e institucionalista, assente nos princípios da «segurança mútua», da interdependência global e da defesa do direito. Segundo a linha geral revista, o recurso à força e a expansão imperial tornaram-se formas ultrapassadas de comportamento internacional e o estatuto de potência passou a medir-se por critérios qualitativos de eficácia do regime político e da economia, bem como da evolução científica e tecnológica. Por outro lado, os processos de integração e os quadros multilaterais de cooperação deviam passar a regular a articulação dos interesses dos Estados e a estabilidade internacional a depender da vinculação dos principais países industrializados nortistas a um conjunto de valores e de normas comuns face às ameaças dos extremismos nacionalistas, dos integralismos religiosos, da proliferação nuclear ou das agressões armadas vindas das periferias sulistas.

A viragem conceptual proclamada por Mikhail Gorbachev tinha uma razão prática evidente — inverter o isolamento da União Soviética, triplamente cercada por clientes hostis, regimes comunistas rivais e adversários capitalistas, as duas últimas categorias unidas numa frente comum pela última vaga de expansionismo soviético. O anúncio da adesão ao paradigma liberal e internacionalista servia, antes de mais, para dividir a coligação

² O «novo pensamento político» na política externa soviética é analisado, entre outros, por Margot Light (1988), *The Soviet Theory of International Relations*, Brighton, Wheatsheaf; Sylvia Woodby (1989), *Gorbachev and the Decline of Ideology in Soviet Foreign Policy*, Boulder, Co., Westview; Sylvia Woodby e Alfred Evans (eds.) (1990), *Restructuring Soviet Ideology: Gorbachev's New Thinking*, Boulder, Co., Westview; Robert Miller (1991), *Soviet Foreign Policy Today. Gorbachev and the New Political Thinking*, Sidney, Allen and Unwin; Archie Brown (1992), *New Thinking in Soviet Politics*, Londres, Macmillan; S. Kull (1992), *Burying Lenin. The Revolution in Soviet Ideology and Foreign Policy*, Boulder, Co., Westview; Robert Legvold (1987), *The New Political Thinking and Gorbachev's Foreign Policy*, Tóquio, Research Institute for Peace and Security; Stephen Meyer (1988), «The sources and prospects of Gorbachev's new political thinking on security», in *International Security*, 13; Jeff Checkel (1993), «Ideas, institutions and the Gorbachev foreign policy revolution», in *World Politics*, 45, 2, pp. 271-300; Peter Shearman (1993), «New political thinking reassessed», in *Review of International Studies*, 19, 2, pp. 139-158; cf. também Mikhail Gorbachev (1987), *Perestroika. New Thinking for Our Country and the World*, Nova Torque, Harper and Row.

oposta e abrir caminho a uma reinserção da União Soviética na comunidade internacional e a uma segunda *détente*, centrada nas relações entre o bloco soviético e a aliança ocidental³.

A linha pós-totalitária na política externa foi também um factor adicional de erosão da legitimidade do regime comunista, que não sobreviveu aos perigos clássicos da liberalização tardia⁴. Porém, a orientação internacionalista liberal e ocidentalista persistiu, como um factor de continuidade, pelo menos na primeira fase da política externa russa pós-soviética, entre 1991 e 1992⁵. Em todo o caso, o fim da União Soviética obrigou a uma revisão profunda dos fundamentos da política externa: a Rússia voltara a ser um Estado, em vez de uma causa, e deixara de ser instrumento de um movimento universalista⁶. Nesse sentido, as suas prioridades internacionais deviam resultar de uma definição dos seus interesses nacionais ou, mais precisamente, dos seus interesses como Estado, livre de uma subordinação ideológica que transcendia os seus limites.

Em segundo lugar, a política externa russa passou a decorrer de um Estado cuja identidade era incerta, com uma configuração territorial inédita, diferente quer da União Soviética, quer do velho império czarista⁷. Passe o breve intervalo republicano da revolução de Fevereiro de 1917, a Rússia nunca existiu como uma nação pós-imperial, e a desagregação súbita da

³ Acerca da última fase da política externa soviética, cf. Jerry Hough (1988), *Russia and the West. Gorbachev and the Politics of Reform*, Nova Iorque, Simon and Schuster; Raymond Garthoff (1993), *The Great Transition. American-Soviet Relations and the End of the Cold War*, Washington, D. C., Brookings Institution; Tsuyoshi Hasegawa e Alex Pravda (eds.) (1990), *Perestroika: Soviet Domestic and Foreign Policies*, Londres, Sage; Robbin Laird e Erik Hoffmann (eds.) (1987), *Soviet Foreign Policy in a Changing World*, Nova Iorque, Aldine; Robbin Laird e Erik Hoffmann (eds.) (1991), *Contemporary Issues in Soviet Foreign Policy*, Nova Iorque, Aldine; Adam Ulam (1992), *The Communists. The Story of Power and Lost Illusions*, Nova Iorque, Charles Scribner's Sons; Seweryn Bialer e Michael Mandelbaum (eds.), (1987), *Gorbachev's Russia and American Foreign Policy*, Boulder, Co., Westview Press; Jack Snyder (1987), «The Gorbachev revolution: a waning of Soviet expansionism?», in *International Security*, 12, pp. 93-131.

⁴ O fim do regime comunista e da União Soviética deu já origem a uma bibliografia impressionante. A melhor referência continua a ser Martin Malia (1994), *The Soviet Tragedy. A History of Socialism in Russia (1917-1991)*, Nova Iorque, The Free Press.

⁵ Sobre a primeira fase da política externa russa, a partir de Junho de 1990, cf. Anne de Tinguy (1992), «L'émergence de la Russie sur la scène internationale», in *Politique étrangère*, 1, pp. 50-61, e Mark Webber (1992), *The Emergence of the Foreign Policy of the Russian Federation*, Ms., BISA.

⁶ A fórmula é de Bruce Porter (1992), «A country instead of a cause: Russian foreign policy in the post-Soviet era», in *Washington Quarterly*, 15, 3, pp. 41-56, cf. também Martin Malia, «Tradition, ideology and foreign policy», in Leon Aron e Kenneth Jensen (eds.) (1994), pp. 35-49; Stephen Sestanovich (1990), «Inventing the Soviet national interest», in *The National Interest*, 20, pp. 3-16.

⁷ Sobre as variações históricas da configuração geográfica da Rússia, cf. Marie Mendras (ed.) (1992a), *Un État pour la Russie*, Bruxelas, Éditions Complexe, e Andrei Zagorsky (1993a), «Russia and Europe», in *International Affairs*, Moscovo, 1, p. 44.

União Soviética, com a formação de um arco de Estados secessionistas à sua volta, desde o mar Báltico aos desertos da Ásia central, deixou o seu sucessor imerso numa crise de identidade. Esse vazio tem sido preenchido por uma torrente de ideias, frequentemente confusas e superficiais, em cujos extremos se situam a banalização da Rússia como uma média potência europeia «normal», a ressurgência das teses tradicionais sobre a sua vocação messiânica — a «sinfonia histórica» da fusão entre o Ocidente e o Oriente⁸ — e a tentação de um isolacionismo cultural regenerador, anti-imperialista e antiocidental.

Naturalmente, a polarização entre as correntes ocidentalistas, que defendem uma comunidade cívica pluralista e multinacional pós-imperial, as tendências pan-eslavistas semi-imperialistas e as vias etno-nacionalistas, impede um mínimo consenso nas concepções dominantes sobre a natureza do Estado pós-soviético. Como, ainda por cima, as divergências se exprimem a todos os níveis, com tradução directa nas decisões políticas, a estabilidade das orientações externas torna-se impossível: sem se saber o que é o Estado russo, não se pode definir a correspondente política internacional⁹.

Por outro lado, da imprevista explosão do «império interno» emergiu um espaço federal russo deslocado para a metade oriental do antigo império: na parte ocidental, a Rússia voltou às fronteiras pré-petrinas, donde partira há mais de duzentos anos para se tornar uma grande potência europeia, enquanto na parte oriental perde os territórios da Ásia central, mas guarda intacta a sua extensão até ao Pacífico. Nesse sentido, a ocidentalização da sua política externa levou, paradoxalmente, a uma deslocação em sentido contrário do centro de gravidade territorial da Rússia¹⁰, que se revelou, entre outras, nas polémicas entre as facções «atlantistas» e «euro-asiáticas» e na força crescente das tendências isolacionistas e etnicistas.

Em terceiro lugar, com a rápida fragmentação do espaço da antiga União Soviética, a política interna passou a ser a política externa¹¹: a principal dimensão das relações internacionais da Rússia está centrada nas repúblicas secessionistas — a começar pela Ucrânia —, cujas fronteiras, fixadas pelos dirigentes soviéticos, passaram a ser reconhecidas internacionalmente.

Essa deslocação das fronteiras levou à definição de dois «círculos» concêntricos — o «estrangeiro próximo», incluindo o conjunto dos Estados no

⁸ A versão «sinfónica» do tema clássico do eslavismo russo pertence a Sergei Stankévich (1992), «Uma potência à procura de si própria», in *Nezavissimaja Gazeta*, 28 de Março, rep. in Marie Mendras (ed.) (1992b), *Russie: le débat sur l'intérêt national*, Paris, La Documentation Française, PPS, 694.

⁹ Gehrard Wettig (1995), «Controversial foundations of security in Europe», in *Aussenpolitik*, 46, 1, p. 45, e Marie Mendras (1993), «Existe-t-il un État russe?», in *Politique étrangère*, 1, pp. 25-34.

¹⁰ Bruce Porter (1992), pp. 48-49.

¹¹ Robert Legvold (1992), p. 158.

perímetro da antiga união, e o «estrangeiro longínquo», onde pertencem os outros Estados¹². O principal problema da política externa russa consiste em conter as dinâmicas de desintegração nas repúblicas periféricas, cuja capacidade de atracção centrífuga pode alargar o processo de decomposição pós-imperial para dentro das fronteiras da própria Rússia, pondo em causa a sua integridade territorial: a intervenção militar na Chechénia mostra bem qual é a percepção dominante quanto à principal ameaça externa.

Paralelamente, a política externa russa procura, por um lado, travar as tentativas dos Estados do «primeiro círculo» para desenvolver as suas próprias relações externas entre si e estabelecer alianças com potências do «segundo círculo» — o que determina, largamente, as relações de Moscovo com as potências do «estrangeiro longínquo» mais próximo, como nos casos da aproximação ao Irão contra os riscos de uma penetração turca na Transcaucásia, ou dos acordos com a China e a Índia para conter, nomeadamente, a instabilidade na Ásia central. Por outro lado, a Rússia tenta reintegrar o «estrangeiro próximo», em todo ou em parte, num espaço de segurança comum, quer através dos mecanismos da Comunidade de Estados Independentes, quer num quadro de relações bilaterais, designadamente entre o antigo centro imperial e os territórios-chave em cada um dos três espaços sub-regionais circundantes: a Bielorrússia, na fronteira ocidental, a Geórgia, na marca caucasiana, e o Cazaquistão, no *limes* asiático.

Com excepção de curtas minorias liberais e nacionalistas-eslavas, essa prioridade é partilhada pelas principais correntes políticas, que consideram a restauração da unidade estratégica do espaço da antiga União Soviética condição *sine qua non* da capacidade da Rússia para recuperar um estatuto de grande potência¹³. Todavia, não existe consenso sobre a forma, o ritmo ou os meios de realizar esse objectivo crucial. As escolas neo-realistas querem aplicar uma versão russa da «doutrina Monroe»¹⁴, os liberais-institucionalis-

¹² A divisão em dois «círculos», ou duas «esferas», aparece desenvolvida em Andranik Migranian (1992), «Boas e más orientações de política externa», in *Rossiiskaia Gazeta*, 2 de Agosto, rep. in Marie Mendras (ed.) (1992b). Andrei Kozyrev usa tanto os mesmos dois como três «círculos concêntricos», repartindo o «estrangeiro longínquo» entre os «vizinhos euro-asiáticos» e os Estados Unidos [cf. entrevista do ministro dos Negócios Estrangeiros russo ao *Figaro*, 15 de Outubro de 1991, cit. por Anne de Tinguy (1992), p. 51].

¹³ Esse é um tema constante, quase obsessivo, entre muitos dos comentadores russos, mesmo antes de se ter tornado uma posição oficial da política externa e de ter levado um diplomata russo a dizer que as grandes potências não costumam ter necessidade de se proclamarem como tais [cf., *inter alia*, Elgiz Pozdnyakov (1993), «Russia is a great power», in *International Affairs*, Moscovo, 1, pp. 3-13, e Stephen Sestanovich (1994a), «Russia turns the corner», in *Foreign Affairs*, 73, 1, p. 94].

¹⁴ A referência expressa ao modelo da «doutrina Monroe» para a política russa em relação ao «estrangeiro próximo» começou por ser feita por Evgeny Ambartsumov, presidente da Comissão de Relações Externas do Soviete Supremo, num documento oficial, citado num artigo de Konstantin Eggert (1992), «A Rússia como 'polícia da Eurásia'?', in *Izvestiya*, de 7 de Agosto; cf. também Vladimir Lukin, «Russia and its interests», in Stephen Sestanovich (ed.) (1994),

tas defendem um processo de integração multilateral e pluridimensional, os neo-imperialistas preferem o recurso à força, a manipulação dos conflitos no «estrangeiro próximo», e acentuar a sua dependência : na prática, a política externa parece oscilar entre essas várias linhas e combinar elementos de umas e de outras na sua acção concreta, mais brutal na intervenção militar nos conflitos da Ásia central, mais moderada no recurso às pressões económicas sobre a Ucrânia ou a Bielorrússia.

Em quarto lugar, a política externa russa tem de se adaptar às mudanças na estrutura dos equilíbrios internacionais, bem como às circunstâncias europeias do pós-guerra fria — outras duas variações cuja origem está, sucessivamente, na grande retirada estratégica soviética de Cabul, de Varsóvia e de Berlim, no fim do regime comunista russo e na subsequente decomposição da União Soviética.

O fim da guerra fria e o declínio da Rússia fizeram desaparecer o regime bipolar, que se tornou residual, circunscrito ao terreno das armas nucleares estratégicas e aos correspondentes regimes de segurança¹⁵, incluindo o regime de não proliferação nuclear, que visa impedir o aumento do número de potências nucleares — posto em causa, de resto, pela secessão pós-soviética, ao menos no caso da Ucrânia¹⁶. Os equilíbrios pós-bipolares são tendencialmente multipolares e, em parte, uma restauração do *status quo* existente antes da guerra fria, na medida em que as quatro potências principais continuam a ser as mesmas cuja emergência dominou a política internacional nos últimos cento e cinquenta anos. Porém, a sua posição relativa voltou a alterar-se: os Estados Unidos passaram a ser a única grande potência internacional, enquanto o Japão e a Alemanha, num ciclo ascensional, recuperaram um

pp. 108-109. Para um tratamento desse tema na política russa, cf. Mark Smith (1993), *Pax Russica: Russia's Monroe Doctrine*, Londres, RUSI; Teresa Rakowska-Hawthorne (1994), «Russia's 'Monroe doctrine': peacekeeping, peacemaking, or imperial outreach», in Maureen Appel e Harald von Riekhoff (eds.), *Russia among Nations*, Otava, Carleton University Press; Roy Allison (1994), «Le maintien de la paix dans les États successeurs de l'Union Soviétique», in *Cahiers de Chaillot*, 18; Martha Brill Olcott (1995), «Sovereignty and the near-abroad», in *Orbis*, 39, 3, pp. 353-368.

¹⁵ Sobre a transição pós-bipolar, cf., *inter alia*, Kenneth Waltz (1993), «The emerging structure of international politics», in *International Security*, 18, 2, pp. 44-79.

¹⁶ A questão nuclear na transição pós-soviética é tratada por Christoph Bluth (1992), *The Commonwealth of Independent States and International Security*, Ms., William Walker (1992), «Nuclear weapons and the former Soviet republics», in *International Affairs*, 68, 2, pp. 255-277, e *Negotiating Nuclear Disarmament*, RFE-RL Research Report, 2, 8, 19 de Fevereiro de 1993, e Konstantin Sorokin (1994), «Russia after the crisis. The nuclear strategy debate», in *Orbis*, 38, 1, pp. 19-40. O problema do estatuto da Ucrânia como potência nuclear está na origem de uma polémica célebre [cf. Steven Miller (1993), «The case against a Ukrainian nuclear deterrent», in *Foreign Affairs*, 72, 3, pp. 67-80, e John Mearsheimer (1993), «The case for a Ukrainian nuclear deterrent», in *Foreign Affairs*, 72, 3, pp. 50-66]. Para uma posição oficial ucraniana, cf. Anatoly Zlenko (1993), «Ukrainian security and the nuclear dilemma», in *NATO Review*, 4, pp. 11-14.

estatuto regional de grande potência e a Rússia se retrai, presa no caos pós-imperial.

A antecipação de um declínio da Rússia está presente na revisão tardia da política externa soviética. A viragem ocidental de Gorbatchev, que tornou possível a restauração da soberania dos Estados da Europa de Leste e da Alemanha unificada, tal como abriu caminho para um eventual acordo com o Japão, incluindo a devolução dos «territórios do Norte», podia ter sido o primeiro passo para uma aliança da União Soviética com os principais parceiros do seu rival norte-americano e, conseqüentemente, apressar uma retirada simétrica das forças militares dos Estados Unidos estacionadas na Alemanha e no Japão desde 1945. Esse cenário virtual, que se traduziria numa ressurgência das estratégias de continentalização, foi neutralizado pelo esboroamento da União Soviética e pela emergência da Ucrânia, herdeira de uma parte do dispositivo nuclear estratégico e das forças convencionais soviéticas instaladas na fronteira ocidental do «império interno».

A Ucrânia, mais do que a Bielorrússia, a Moldávia ou as repúblicas bálticas, separou a Rússia da Europa — não só da Alemanha e da Europa ocidental, como do antigo «império externo»¹⁷. Nos dois antigos «cordões sanitários» do centro comunista russo surgiram clivagens alternativas, que diferenciaram uma Europa central — Polónia, Checoslováquia, Hungria, Eslovénia —, uma Europa balcânica — Sérvia, Croácia, Albânia, Macedónia, Bulgária, Roménia, Moldávia — e uma Europa oriental — Ucrânia, Bielorrússia, Lituânia —, numa larga faixa desde o mar Báltico ao mar Negro¹⁸.

Nesse sentido, ironicamente, a concepção ocidentalista e a orientação europeísta, dominantes na última fase da política externa soviética e na primeira fase da política externa russa, não puderam impedir um maior isolamento da Rússia, acentuando a sua própria «provincialização», bem como os fenómenos de regionalização das áreas circundantes¹⁹. Ao mesmo tempo, a multiplicação das guerras e dos conflitos nas suas marcas periféricas, antes e depois do fim da União Soviética, forçou a Rússia a concentrar-se no arco de crise que se prolonga desde a Transnistria, a Crimeia e a Geórgia até ao Tajiquistão.

¹⁷ O tema da separação é outro *leit-motiv* dos analistas russos [cf., *inter alia*, Andrei Zagorsky (1993a), p. 43].

¹⁸ Oleg Bogomolov descreve a divisão da antiga Europa de Leste, distinguindo uma Europa central e oriental — Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Croácia e repúblicas bálticas — de uma Europa do Sueste — Roménia, Bulgária, Jugoslávia, Albânia. A Ucrânia e a Bielorrússia, membros da Comunidade de Estados Independentes, ficam no «estrangeiro próximo» [Oleg Bogomolov (1994), «Russia and Eastern Europe», in *International Affairs*, Moscovo, 8, p. 27].

¹⁹ Robert Legvold refere como um dos elementos da desintegração da União Soviética a «fractura da estrutura onde a ordem internacional toca o que foram as fronteiras impregnáveis do Estado soviético. O resultado é uma regionalização política, complexa e intensa ao longo da periferia soviética» [Robert Legvold (1992), p. 168].

De certo modo, a Rússia ficou numa encruzilhada, ou voltou a enfrentar um dilema próximo do resultante da segunda unificação alemã, quando a sua incapacidade para impor uma aliança exclusiva entre os dois impérios²⁰ levou a uma primeira variante orientalista da sua política externa, na última década do século passado. Disraeli resumiu o problema numa frase : a Rússia tem duas faces, «uma face asiática, que olha sempre para a Europa, e uma face europeia, que olha sempre para a Ásia».

A par dos factores de mudança na política externa pós-soviética, existem outros tantos factores de continuidade na política externa russa²¹, para lá das afinidades conjunturais do seu período inicial com a linha internacional pós-totalitária de Gorbatchev. Para começar, a persistência de um sentido crónico de insegurança geográfica²², cujos ecos remontam aos primórdios de uma comunidade permanentemente ameaçada por invasões, que tentou estancar a sua ansiedade através de sucessivos ciclos de expansão. A política soviética, passe o seu universalismo, serviu bem essa procura obsessiva da segurança pelo alargamento das fronteiras, com a reconstituição do espaço do império czarista, a extensão da esfera de influência russa até ao centro da Europa e, no momento mais alto, incluindo a China na sua órbita. A partir daí, não obstante as aventuras ultramarinas, a União Soviética entrou em declínio, mas o seu estatuto como potência nuclear devia poder impedir a ressurgência dos reflexos de insegurança, na medida em que o dispositivo estratégico garantia a integridade da Rússia²³. De resto, a dissuasão nuclear tornou supérflua a ocupação do *glacis* europeu: o recuo estratégico soviético, incluindo a reunificação da Alemanha, ancorada na aliança ocidental e sem armas nucleares, foi possível porque não implicava qualquer risco adicional para a segurança externa russa²⁴.

Não obstante, a desagregação do «império interno», depois da retirada do «império externo», trouxe de volta uma certa ansiedade quanto à instabilidade das fronteiras, por sua vez inseparável da crise de identidade russa. Essa insegurança pode exprimir-se numa revalorização das forças armadas e num

²⁰ Sobre a resposta russa à segunda unificação alemã, cf., *inter alia*, Hajo Holborn (1962), «Russia and European political system», in Ivo Lederer (ed.), *Russian Foreign Policy*, pp. 377-416, New Haven, Yale University Press.

²¹ Sobre o tema da continuidade e mudança na política externa russa, cf. Martin Malia, in Leon Aron e Kenneth Jensen (eds.) (1994).

²² Sobre o problema das fronteiras e da insegurança geográfica, cf. Cyril Black (1962), «The pattern of Russian objectives», in Ivo Lederer (ed.), pp. 3-38, e Bruce Porter (1992).

²³ Coral Bell, «Future hypothesis: a concert of powers?», in Richard Leaver e James Richardson (eds.) (1993), *Charting the post-Cold War Order*, pp. 110-120, Boulder, Co., Westview Press.

²⁴ R. Craig Nation (1992). *Black Earth, Red Star. A History of Soviet Security Policy, 1917-1991*, Ithaca, Cornell University Press, pp. 285-326.

esforço de reorganização das estruturas de produção dos armamentos — com a correspondente recuperação do peso político das instituições pertinentes, nomeadamente na formulação das políticas externas. Além disso, implica ainda a necessidade de não perder terreno em relação à tecnologia militar ocidental e, portanto, de encontrar os parceiros externos indispensáveis para assegurar a sua competitividade nesse domínio.

Por outro lado, a política externa russa continua a ser atravessada por tendências contraditórias de xenofobia autárcica e de vontade de reconhecimento externo do seu estatuto como potência europeia — uma nova versão da velha querela entre «ocidentalistas» e «pan-eslavistas»²⁵. A clivagem oitocentista não excluía uma unidade profunda sobre o destino singular da Rússia: os primeiros pretendiam realizar a sua missão única pela regeneração da Europa; os segundos preferiam a imunidade cultural e virar costas às más influências ocidentais²⁶. Mais uma vez, a tradução leninista da ideologia comunista serviu bem esses sentimentos paradoxais do nacionalismo russo, impondo-lhe a sua própria ilusão de uma vocação universal e invertendo as origens do marxismo para o transformar no instrumento de uma linha radicalmente antiocidental²⁷.

A crise da ideologia leninista, anunciada a partir de uma posição nacionalista-eslava, desde 1969, por Alexander Soljenitsyne²⁸, foi o ponto de partida da reforma falhada de Gorbachev²⁹, cuja orientação ocidentalista procurava ultrapassar o isolamento internacional da Rússia, a paralisia interna do regime comunista e a estagnação da economia de comando central, sem desistir, todavia, de defender uma «terceira via» — um «socialismo de rosto humano», um «Estado de direito socialista», ou uma «economia socialista de mercado» — redentora da decadência europeia. Os seus sucessores pós-comunistas encarregaram-se de demonstrar os limites dessa linha ocidentalista, sobretudo a partir da segunda fase da política externa russa, com a querela entre a escola «atlantista» e a escola «euro-asiática».

Paralelamente, o medo latente do caos interno, ou da «weimarização» da transição russa³⁰, pode reforçar, por sua vez, as tendências isolacionistas,

²⁵ Sobre a persistência dessa clivagem antes e depois de 1917 e de 1991, cf. Alexander Yanov (1987), *The Russian Challenge*, Londres, Basil Blackwell. Para uma análise histórica, cf. Ives Neumann (1996), *Russia and the Idea of Europe*, Londres, Routledge.

²⁶ Meg Greenfeld (1992), *Nationalism. Five Roads to Modernity*, Cambridge, Ma., Harvard University Press, pp. 189-274.

²⁷ Adam Ulam, «Nationalism, panslavism and communism», in Ivo Lederer (ed.) (1962), pp. 39-68.

²⁸ Alexander Soljenitsyne (1974), *Letter to the Soviet Leaders*, Nova Iorque, Harper & Row; cf. também o comentário de Adam Ulam, «Russian nationalism», in Seweryn Bialer (1981), *The Domestic Context of Soviet Foreign Policy*, pp. 14-16, Boulder, Co., Westview Press.

²⁹ Sobre a dupla crise ideológica e económica na percepção dos dirigentes comunistas, cf. Yegor Ligachev (1993), *Inside Gorbachev's Kremlin*, Nova Iorque, Pantheon Books.

³⁰ O tema da «weimarização» da república pós-imperial russa é tratado, entre outros, por Stephen Sestanovich (1994a), «Russia turns the corner», in *Foreign Affairs*, 73, 1, pp. 83-98.

perante a proliferação dos conflitos periféricos e do terrorismo, bem como as correntes etno-nacionalistas, mobilizadas pelos problemas das comunidades russas e russófonas nas repúblicas secessionistas, estimulando as facções políticas mais autoritárias.

Em 1917, o caos provocado pela participação da Rússia na grande guerra e a sua vulnerabilidade perante as potências centrais aceleraram a deposição do czar, para a seguir abrirem caminho ao golpe de Estado *bolchévik*, perante a instabilidade política dos sucessivos governos provisórios republicanos³¹. Em 1991, a incapacidade de resposta do centro soviético às dinâmicas de desintegração e à crise económica acelerou o fim do regime comunista russo, chave da unidade da União Soviética. E, se o regime pós-comunista não conseguir dissociar as crises de transição, a sua sobrevivência estará posta em causa, tal como a credibilidade de uma evolução democrática pós-imperial. Nesse caso, bem entendido, a diferenciação do regime político russo acentuaria a distância em relação aos seus «aliados naturais» ocidentais, limitando as formas, embora sem prejudicar necessariamente o princípio da sua integração na comunidade internacional.

Por fim, a Rússia, tal como a União Soviética, continua a ter dificuldades em definir um quadro de alianças estáveis e duradouras³². Em 1922, a aproximação com a Alemanha, simbolizada pelo tratado de Rapallo, foi só o esboço de uma breve frente defensiva dos dois párias de Versalhes, que serviu sobretudo para acelerar a integração da república de Weimar na comunidade internacional. Dez anos depois, os acordos com a França nunca chegaram a transformar-se numa aliança efectiva contra a ressurgência alemã e não sobreviveram ao pacto de Munique, do qual foi excluída a União Soviética. Os tratados de Moscovo, em 1939, pertencem ao mesmo tipo de alianças curtas e «oportunistas», pois não puderam evoluir para uma aliança estratégica entre os dois irmãos totalitários e esboroaram-se nas querelas sobre a partilha da Europa central e oriental mesmo antes da invasão alemã da União Soviética.

A «grande aliança» com a Grã-Bretanha e, depois, com os Estados Unidos foi uma aliança efectiva, ditada pelos imperativos da sobrevivência soviética face à expansão alemã, mas durou apenas enquanto existiu um inimigo comum e não resistiu à vitória das Nações Unidas, apesar dos esforços norte-americanos para institucionalizar a coligação vencedora. O «bloco sino-soviético», formado em 1950, correspondeu a uma aliança assente tanto na necessidade de contrabalançar os Estados Unidos como nas afinidades

³¹ Sobre a revolução de 1917 e a sua dimensão internacional, cf., *inter alia*, Richard Pipes (1990), *The Russian Revolution*, Nova Iorque, Knopf, e George Kennan (1960), *Russia and the West under Lenin and Stalin*, Boston, Ma., Little, Brown and Company.

³² Para uma análise histórica dos padrões de aliança da Rússia imperial e da União Soviética nos últimos duzentos anos, cf. Cyril Black (1962).

entre os dois regimes, mas, mesmo assim, depressa entrou em crise com a viragem da «coexistência pacífica», minado pelas rivalidades estratégicas, políticas e ideológicas entre as duas grandes potências comunistas. E, depois do breve intervalo da *détente* bipolar e europeia — ditada, em boa parte, por uma lógica de contenção da China —, a União Soviética entrou num longo período de isolamento³³.

Naturalmente, a precariedade das alianças externas da União Soviética é inseparável da natureza totalitária do regime comunista russo, bem como da sua linha revisionista na política internacional. Todavia, a dificuldade de definir um quadro de alianças persiste na fase pós-totalitária da política soviética, bem como na política externa russa pós-soviética. A tentativa de uma inversão das alianças, com uma estratégia de aproximação à Alemanha e ao Japão, não foi bem sucedida, a possibilidade de uma aliança com os Estados Unidos nunca chegou a avançar e a ligação alternativa com a China continua a ser uma hipótese improvável. De certo modo, a Rússia, se pôde ultrapassar o estado de isolamento que caracterizou a última fase de expansão da União Soviética, nem por isso conseguiu inserir-se numa coligação internacional, nem garantir a continuidade da linha ocidentalista na sua política externa.

Os factores de mudança na política externa russa concentram-se nas dimensões estratégicas, políticas e institucionais: a Rússia saiu de um longo período totalitário para entrar numa fase de crise de identidade, que se refere tanto à definição do Estado e da comunidade nacional como à sua posição internacional — a qual, em todo o caso, situa o herdeiro da União Soviética num estatuto inferior na hierarquia das grandes potências, reduzido a uma escala regional e submerso pelos problemas recorrentes nas suas periferias, à procura de um modelo eficaz de integração bilateral e multilateral do «estrangeiro próximo».

Do lado da continuidade, a par do problema da estabilidade das alianças externas, prevalecem as dimensões históricas, culturais e morais, mesmo quando se trata de fenómenos anacrónicos, como a insegurança geográfica de uma grande potência nuclear, delirantes, como os messianismos neo-imperiais, ou paradoxais, como as tensões entre a democratização e a reintegração dos Estados pós-soviéticos.

A forma como se articulam a continuidade e a mudança na política externa russa está longe de ser linear, desde logo pela inconstância do peso relativo dos respectivos factores, que varia substancialmente, sobretudo em função dos ciclos políticos, do estado da economia ou da intensidade dos conflitos periféricos. Essa irregularidade, por sua vez, serve para demarcar as suas fases sucessivas a partir de 1991.

720 ³³ Sobre a política externa soviética, cf. R. Craig Nation (1992) e Jaques Lévesque (1987), *L'URSS et sa politique internationale*, Paris, Colin.

AS TRÊS FASES DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA

Embora se possa considerar demasiado arbitrário qualquer ensaio de periodização de uma política razoavelmente instável e errática, podem distinguir-se três fases distintas na evolução da política externa russa durante os últimos cinco anos³⁴.

A primeira, entre 1991 e 1992, situa-se no prolongamento da estratégia ocidentalista do «novo pensamento político» de Gorbatchev, da qual o próprio secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética se separa depois da reunificação alemã, e que Boris Ieltsine recupera, sobretudo a partir da sua eleição directa como presidente da Federação da Rússia, em Junho de 1991. Nesse sentido, os traços de continuidade entre a última (ou a penúltima) fase da política soviética e os prolegómenos da política externa russa são tão vincados como no caso da primeira fase da transição pós-imperial de 1917, a seguir à revolução de Fevereiro.

Essa política constrói-se a partir da revisão da velha linha geral imperialista e totalitária, com a sua substituição pela referência ao paradigma liberal-institucionalista. Na passagem das palavras aos actos, a partir de 1987, essa mudança traduz-se, sucessivamente, na retirada soviética do Afeganistão, no acordo sobre a eliminação dos mísseis nucleares de alcance intermédio e no desmantelamento do «império externo», com a deposição pacífica dos regimes comunistas da Europa de Leste, a unificação da Alemanha e a dissolução do Pacto de Varsóvia e do Comecon, para além do abandono dos clientes ultramarinos mais remotos, que correspondem aos marcos da viragem ocidentalista na política externa soviética³⁵. Essa mesma orientação prossegue, antes e depois de 1991, com a consolidação dos regimes de segurança estratégicos bipolares e europeus, expressa nos acordos sobre a redução das armas nucleares, a contenção da proliferação nuclear, a limitação das forças militares convencionais³⁶ e a retirada completa das tropas russas estacionadas na

³⁴ Hannes Adomeit (1995), pp. 44-46.

³⁵ Sobre o recuo estratégico da União Soviética, cf. Gale Stokes (1993), *The Walls Came Tumbling Down. The Collapse of Communism in Eastern Europe*, Nova Iorque, Oxford University Press; J. F. Brown (1991), *Surge to Freedom. The End of Communist Rule in Eastern Europe*, Durham, Duke University Press; Karen Dawisha (1990), *Eastern Europe, Gorbachev and Reform. The Great Challenge*, Cambridge, Ma., Cambridge University Press; Charles Gati (1990), *The Bloc That Failed. Soviet-East European Relations in Transition*, Bloomington, Indiana University Press; Mike Bowker, «Russian policy towards central and eastern Europe», in Peter Shearman (ed.) (1995), pp. 71-92; Stephen Sestanovich (1988), «Gorbachev's foreign policy: a diplomacy of decline», in *Problems of Communism*, pp. 1-15; Zbigniew Brzezinski (1989), *The Grand Failure: the Birth and Death of Communism in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Scribner's; Jack Snyder (1992), «The transformation of the Soviet empire» in Kenneth Oye, Robert Lieber e Donald Rotschild (eds.), *Eagle in a New World*, pp. 259-280, Nova Iorque, Harper Collins.

³⁶ Cf. Raymond Garthoff (1993). *The Great Transition. American-Soviet Relations and the End of the Cold War*, Washington, D. C., Brookings Institution; Fred Iklé e Sergei Karaganov

Europa central e oriental, incluindo as repúblicas bálticas. Paralelamente, a Rússia torna-se um parceiro activo dos Estados Unidos e das potências ocidentais no processo de paz do Médio Oriente, na resolução de uma série de conflitos periféricos menores, na resposta à crise do golfo Pérsico e nas tentativas de contenção das guerras internas na antiga Jugoslávia.

A linha ocidentalista será mesmo acentuada na fase inicial da política externa russa, quando os antigos adversários passam a ser considerados «aliados naturais» e a Rússia pós-soviética se apresenta como uma «potência ocidental»³⁷. A diplomacia russa concentra-se num esforço de cooperação e de inserção nas instituições multilaterais, sem excluir sequer a sua eventual participação na União Europeia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte, como objectivos a longo prazo³⁸. Por outro lado, na mesma via, a Rússia parece disposta a encontrar uma fórmula de «normalização» das suas relações com o Japão desde que Ieltsine reclama a questão das Curilhas como um problema bilateral russo-japonês em Novembro de 1991, marginalizando o presidente soviético³⁹.

O sentido essencial da estratégia russa continua a ser o mesmo da linha pós-totalitária soviética: conter os riscos de isolamento durante um período caótico de transição, internacionalizar, em certa medida, os problemas internos para impedir um declínio ainda mais pronunciado da sua posição externa, escorar a direcção política russa nas relações com os parceiros internacionais para tentar compensar as suas vulnerabilidades internas.

Mas, paralelamente, ao contrário da política da União Soviética, a política externa da Federação Russa inclui, desde a primeira hora, uma dimensão própria — as relações com as outras repúblicas soviéticas, nomeadamente com a Ucrânia⁴⁰, uma vez que Ieltsine joga na vontade comum de independência perante o centro soviético para cercar Gorbachev e destruir a velha União: no mês decisivo, em Dezembro de 1991, os presidentes da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia fundam, em Minsk, a Comunidade de Estados Independentes,

(eds.) (1993), *Harmonizing the Evolution of US and Russian Defence Policies*, Washington, D. C., Center for Strategic and International Studies-Council on Foreign and Defence Policy (Moscovo); Alexei Arbatov e Steven Miller (eds.) (1995), *Taming Armageddon? Revising the US-Russian Nuclear Relationship*, Cambridge, Ma., The MIT Press, CSIA Studies in International Security, 8.

³⁷ Andrei Kozyrev apresenta, assim, em Agosto de 1991 a posição internacional da Rússia, para a qual reclama um direito de pertencer à «zona de co-prosperidade ocidental» igual ao da Alemanha e do Japão [cf. Anne de Tinguy (1992), p. 56].

³⁸ Nos termos da declaração do presidente da Federação Russa, Boris Ieltsine, ao *Izvestiya* em 23 de Dezembro de 1991 (*ibid.*, p. 50).

³⁹ Mark Webber (1992), p. 13.

⁴⁰ Em 19 de Outubro de 1990 a Rússia e a Ucrânia assinam um tratado bilateral em que a federação reconhece as fronteiras ucranianas, incluindo a Crimeia [cf. M. Webber (1992), pp. 10-11; S. Kux (1992), *Confederalism and Foreign Policy in the CIS*, Ms., BISA; Galina Starovoi-tova (1992), «Mais uma mina debaixo da CEI», in *Moskovskie Novosti*, 22, 31 de Maio].

à qual se reúnem, na cimeira de Alma-Ata, as restantes repúblicas soviéticas, com excepção da Lituânia, da Letónia, da Estónia e da Geórgia. Desfeita, a União Soviética é formalmente dissolvida antes de o ano terminar⁴¹.

A política externa russa forma-se, pois, com um quadro distinto da política soviética e coloca-se no centro de três círculos, segundo a fórmula oficial: o primeiro comporta as relações com os outros Estados pós-soviéticos, o segundo os vizinhos «euro-asiáticos» — Europa de Leste e Europa ocidental, China, Japão e Coreia do Sul —, o terceiro os Estados Unidos e o Canadá⁴².

A inevitável prioridade do primeiro círculo — determinada pelas tensões resultantes do fim da União Soviética, sobretudo pela rivalidade entre a Rússia e a Ucrânia⁴³ —, a par de uma crescente instabilidade política e económica interna, está na origem de uma divisão polémica quanto às orientações internacionais, que marca a passagem para uma segunda fase da política externa russa, desde finais de 1992.

Durante os debates surgem três ou quatro correntes, com concepções distintas, quer quanto à política internacional, quer a propósito da evolução interna⁴⁴. A corrente «atlantista», pragmática e antimessiânica, defende um Estado de direito democrático pós-imperial, cuja consolidação depende da continuidade de uma linha ocidentalista, indispensável para completar as

⁴¹ A cimeira de Minsk entre os presidentes das três repúblicas eslavas orientais realiza-se em 8 de Dezembro, seguida, em 21 de Dezembro, pela cimeira de Alma-Ata, onde participam todas as restantes repúblicas federadas na União Soviética — com excepção da Geórgia e das repúblicas bálticas —, que aderem à Comunidade de Estados Independentes. Em 25 de Dezembro Gorbachev demite-se das suas funções como chefe de Estado da União Soviética, cuja dissolução é pronunciada no dia seguinte. Cf., sobre esse processo, John Dunlop (1993), *The Rise of Russia and the Fall of the Soviet Empire*, Princeton, Princeton University Press, e Alexander Motyl (ed.) (1992), *The Post-Soviet Nations. Perspectives on the Demise on the USSR*, Nova Iorque, Columbia University Press.

⁴² Andrei Kozyrev, *Le Figaro*, 15 de Outubro de 1991, entrevista citada por Anne de Tinguay (1992), p. 51. Há outras versões dos «três círculos», embora o primeiro seja sempre igual. Sergei Rogov, por exemplo, inclui no segundo círculo a Europa central e oriental, o Médio Oriente e o Extremo Oriente, e o Ocidente no terceiro círculo [Sergei Rogov, «Military interests and the interests of the military», in Stephen Sestanovich (ed.) (1994), pp. 73-74].

⁴³ Sobre as relações entre as duas maiores repúblicas da antiga União Soviética, cf. John Morrison (1993). «Pereyslav and after: the Russian-Ukrainian relationship», in *International Affairs*, 69, 4, pp. 677-703; Mark Smith (1992), *The Eastern Giants. Russia, Ukraine and European Security*, Londres, RUSI; Peter van Ham (1994), «L'Ukraine, la Russie et la sécurité européenne: incidences sur la politique occidentale», in *Cahier de Chaillot*, 13; Youri Matseiko e Steven Miller (eds.) (1995), *Safeguarding Ukraine's Security. Dilemmas and Options*, Cambridge, Ma., The MIT Press, CSIA, 9.

⁴⁴ O tema das correntes surge tanto no debate interno russo — onde predominam as referências às facções «atlantistas» e «euro-asiáticas» — como nas análises da política externa russa, com múltiplas classificações [cf., *inter alia*, Hannes Adomeit (1995), pp. 49-52; Karen Dawisha e Bruce Parrott (1994), pp. 200-201; Olga Alexandrova (1993), «Divergent Russian foreign policy concepts», in *Aussenpolitik*, 4, pp. 363-372; Alexander Rahr (1992), «'Atlanticists' versus 'Eurasians' in Russian foreign policy», in *RFE-RL Research Report*, 1, 29 de Maio, pp. 17-22].

reformas internas. A corrente «euro-asiática» quer assentar a recuperação de um estatuto de grande potência, com uma política externa afirmativa e independente — a «ponte» continental entre o Ocidente e Oriente⁴⁵ —, na reconstituição de um Estado multiétnico «moderadamente autoritário», cuja prioridade externa imediata são as relações com o «estrangeiro próximo». Uma variante dessa corrente nacionalista prefere um Estado étnico russo — com a consequente concentração nos problemas das minorias russas e russófonas fora das fronteiras federais —, federador de uma unidade eslava, integrando a Ucrânia e a Bielorrússia num «espaço único homogêneo». Por último, a corrente isolacionista, antiocidental e xenófoba, cuja prioridade é a regeneração pós-comunista da Rússia, fechada sobre si própria numa atitude de rejeição dos maus exemplos externos, dispensa uma política externa.

A tendência geral na passagem para a segunda fase inclui elementos das correntes «atlantistas» e «euro-asiáticas», embora com uma dominante mais nacionalista, a par de marcadas tendências neo-imperialistas na relação com as periferias sulistas, e anuncia a substituição do paradigma liberal-institucionalista por uma linha neo-realista, ou «geopolítica». Na versão mais moderada, as suas orientações aparecem descritas, designadamente, nos documentos oficiais sobre a «concepção da política externa russa» e num documento do Conselho de Política Externa e de Defesa — um *think tank* mais político do que académico onde se reúne uma parte importante da comunidade de política externa russa — sobre a «estratégia para a Rússia»⁴⁶.

O manifesto do Conselho de Política Externa e de Defesa define a Rússia como uma «potência média, excepto na dimensão territorial e nuclear» — a par da França, da Grã-Bretanha, do Brasil ou da Índia —, num escalão inferior aos Estados Unidos, à Alemanha, ao Japão e mesmo à China⁴⁷. A sua linha geral continua a ser, a longo prazo, a integração no espaço europeu e uma estratégia de aliança com a União Europeia, necessária para completar o processo das reformas internas numa «transição rápida», durante os dez anos seguintes, bem como para evitar os riscos de isolamento internacional e contrabalançar uma possível ressurgência da

⁴⁵ A Rússia como ponte entre o Ocidente e o Oriente é um tema clássico das correntes eslavistas, retomado pelas facções «euro-asiáticas». Andrei Zagorsky comenta, a propósito, que nem a Alemanha, nem o Japão, nem a China precisam da Rússia para desenvolverem as suas relações entre si e, nesse sentido, a ponte euro-asiática não chega a lado nenhum.

⁴⁶ O Conselho de Política Externa e de Defesa, criado por Sergei Karaganov, integra inicialmente trinta e sete diplomatas, políticos, académicos e militares, como Andrei Kozyrev, Anatoly Adamishin, Evgeny Ambartsumov, Andrei Koroshin, Vladimir Lukin, Sergei Stankevich, Sergei Shakrai, Arkady Volsky e Grigory Yavlinsky [cf. Conselho de Política Externa e de Defesa (1992), «Estratégia para a Rússia. Teses do Conselho de Política Externa e de Defesa», in *Nezavisimaya Gazeta*, 19 de Agosto].

⁴⁷ *Ibid.*, tese 1.2.1.

ameaça chinesa⁴⁸. Nesse percurso, as prioridades da política externa devem concentrar-se nas relações com a União Europeia, os Estados Unidos e a China, por essa ordem de importância. A antiga Europa de Leste, ressalvada a importância da «posição geográfica» da Polónia, da Bulgária e da Eslováquia, perde o seu lugar prioritário e passa para um escalão secundário, ao lado dos «parceiros não ocidentais relevantes»: a Índia, a Arábia Saudita, o Egipto, os Emiratos Arabes, Israel e o Irão⁴⁹.

A principal ameaça aos interesses vitais de segurança da Rússia, nas teses do Conselho de Política Externa e de Defesa, situa-se ao longo da «cintura de Estados instáveis e vulneráveis» que formam o «estrangeiro próximo»: a prioridade das prioridades é a resolução desses conflitos periféricos para conter os riscos de desintegração da Rússia e evitar que as repúblicas secessionistas, designadamente a Ucrânia, se tornem potências adversárias. Contra a «restauração neo-imperialista» e o «isolacionismo radical», o documento defende uma «via internacionalista pós-imperial» como a única forma realista de evitar o «fosso geo-estratégico» nas marcas da Rússia. Isso implica o reconhecimento da «inviolabilidade das fronteiras» existentes, apesar da sua artificialidade, bem como uma «aliança-chave» com a Bielorrússia, a Geórgia e o Cazaquistão⁵⁰ e o desenvolvimento da Comunidade de Estados Independentes, prevendo a formação de um «sistema de defesa colectiva» nesse quadro para garantir o estatuto da Rússia como a única potência nuclear sucessora da União Soviética, além de estabelecer os mecanismos de formação de forças de imposição e manutenção da paz nesse espaço regional, no cumprimento de mandatos das Nações Unidas e da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa.

A mesma insistência nas relações com o «estrangeiro próximo» vem reiterada nos documentos oficiais sobre a política externa e a defesa. Do lado militar⁵¹, a lista das ameaças externas resume-se aos problemas emergentes no

⁴⁸ *Ibid.*, tese 1.3.8. O documento afirma, simultaneamente, que a China é uma «potência amiga» e que o «factor chinês obriga a Rússia a manter a sua força de contenção nuclear e a aliar-se estrategicamente ao Ocidente». Nesse último sentido, Sergei Rogov considera a China o «pesadelo da Rússia» [cf. Sergei Rogov (1994), p. 73].

⁴⁹ *Ibid.*, tese 2.2.8. A segunda versão das teses do CPED desiste da Europa central para se concentrar na Europa do Sueste [cf. tese 4.2, Conselho de Política Externa e de Defesa (1994), «Estratégia para a Rússia (2)», in *Nezavissimaya Gazeta*, 27 de Maio].

⁵⁰ Conselho de Política Externa e de Defesa (1992), tese 2.3.7.

⁵¹ Sobre a evolução da doutrina militar russa, cf. Evgeny Shaposhnikov (1993), «A security concept for Russia», in *International Affairs*, Moscovo, 10, pp. 10-19; I. N. Rodionov (1992), «Os princípios da doutrina militar da Rússia», in *Voennaya Mysl*, Julho, 6-14. Para uma análise das posições oficiais, cf. Scott McMichael (1992), «Russia's new military doctrine», in *RFE-RL Research Report*, 1, 40; Mary Fitzgerald (1993), «Chief of Russia's general staff speaks out on Moscow's new military doctrine», in *Orbis*, 37, 2, pp. 281-288; Sergei Rogov (ed.) (1992), *Commonwealth Defense Arrangements and International Security*. Alexandria, Va., Occasional Paper, Center for Naval Analysis.

«espaço geopolítico imediato», desde as ameaças à integridade territorial da Rússia, a «desaceleração» dos processos de integração na Comunidade de Estados Independentes ou a instabilidade política das antigas repúblicas soviéticas até à proliferação dos conflitos armados e da violência civil — incluindo a violação dos direitos das comunidades russas — nas periferias contíguas. A resposta às ameaças deve partir de um princípio de «indivisibilidade» da segurança da Rússia e da Comunidade de Estados Independentes, mesmo antes de existir um «sistema de segurança colectiva» regional, que pressupõe uma defesa conjunta das fronteiras comuns, bem como indica uma determinação russa para intervir, por todos os meios, nesse «espaço de segurança comum», nomeadamente para proteger as minorias russas e russófonas⁵².

Do lado diplomático⁵³, a prioridade é idêntica e exprime-se, sobretudo, na necessidade de consolidar uma «cintura de boa vizinhança» em torno da Rússia, num quadro multilateral flexível, construído a «múltiplas velocidades», e de transformar a Comunidade de Estados Independentes numa organização com credibilidade, seguindo uma tendência dominante nas relações internacionais pós-bipolares para a formação de centros de poder regionais.

Para lá das polémicas sobre as grandes orientações, a passagem para a segunda fase corresponde a uma variação das políticas externas em questões decisivas, frequentemente sublinhada por uma retórica neo-imperialista, nacionalista e antiocidental, pontuada por constantes proclamações solenes sobre o estatuto internacional da Rússia como uma grande potência e, por vezes,

⁵² Quanto à doutrina russa de manutenção e imposição da paz no «espaço de segurança comum» da Comunidade de Estados Independentes, cf. Roy Allison (1994), *Le maintien de la paix dans les États successeurs de l'Union Soviétique*, in *Cahier de Chaillot*, 18; J. Green (1993), «The peacekeeping doctrines of the CIS», in *Jane's Intelligence Review*, 5, 4; Suzanne Crow (1992), «The theory and practice of peace-keeping in the former USSR», in *RFE-RL Research Report*, 1, 37, 18 de Setembro; Michael Lucas (1995), «Russia and peacekeeping in the former USSR», in *Aussenpolitik*, 46, 2, pp. 146-156; Susan Clark, «Russia in a peacekeeping role», in Leon Aron e Kenneth Jensen (eds.) (1994), pp. 119-147. Quanto ao problema das comunidades russas, cf. também Elizabeth Teague, «Russians outside Russia and Russian security policy», *ibid.*, pp. 81-105.

⁵³ O processo de formulação dos princípios oficiais da política externa russa realiza-se a partir de um documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MID), «Princípios fundamentais de um conceito de política externa da Federação Russa», resumido por Vladislav Chernov (1992), «O interesse nacional da Rússia e as ameaças à sua segurança», in *Nevazissimaia Gazeta*, 29 de Abril. Esse documento é apresentado e debatido posteriormente nas instâncias oficiais, [cf. Mikhail Zinin (1992), «O MID apresenta a sua política externa», in *Nevazissimaia Gazeta*, 21 de Outubro, e «A política externa da Rússia: o MID propõe e apresenta o seu ponto de vista», in *Rossiiskie Vesti*, 3 de Dezembro de 1992]. Em Janeiro de 1993, a revista do Ministério dos Negócios Estrangeiros *Diplomaticheskii Vestnik* publica os documentos finais e, em Abril, é aprovada pela conselho de segurança e pelo presidente federal. [cf. também Andrei Kozyrev *et al.* (1993a), «Russia's foreign policy concept», in *International Affairs*, Moscovo, 1, pp. 14-16; Andrei Kozyrev *et al.* (1993b), «What foreign policy Russia should pursue», in *International Affairs*, Moscovo, 2, pp. 3-21; Andrei Kozyrev *et al.* (1993c), «Concept of foreign policy of the Russian federation», in *FBIS Report*, CEur, 25 de Março].

assinalada por declarações pan-eslavistas. Paralelamente, esse período corresponde a um aumento das tensões políticas internas, com a multiplicação de crises na relação entre o presidente Ieltsine e as correntes radicais dominantes no Congresso, que vão culminar, em Outubro de 1993, com a tentativa de golpe «parlamentar», a dissolução da derradeira instituição soviética e a imposição militar do decreto presidencial, com a subsequente realização das primeiras eleições parlamentares, onde as correntes reformadoras se revelam minoritárias face à ascensão das forças extremistas e autoritárias.

O primeiro sinal visível da mudança pode ter sido o cancelamento abrupto, em 9 de Setembro de 1992, da visita oficial de Boris Ieltsine ao Japão, quando tudo indicava ter-se chegado a uma fórmula razoável de acordo para desbloquear a questão das Curilhas⁵⁴, sem a qual os Japoneses se recusavam a participar nos esforços internacionais de sustentação financeira da crise económica russa e a regularizar as suas relações bilaterais — um passo crucial também para Moscovo poder começar a recuperar uma posição relevante na Ásia oriental⁵⁵.

Essa mudança súbita revela a impossibilidade conjuntural de regressar ao padrão anterior de troca de territórios, ou da resolução de velhos problemas

⁵⁴ Hannes Adomeit (1995), p. 46. As conversações com o Japão tinham sido travadas, inicialmente, por Boris Ieltsine em Novembro de 1991. Em Fevereiro de 1992 o presidente russo envia uma carta ao primeiro-ministro Miyazawa referindo-se ao Japão como um «aliado potencial» e em Agosto o vice-primeiro-ministro Mikhail Poltoranin afirmara em Tóquio que Ieltsine aceitaria a devolução de duas das quatro ilhas disputadas do arquipélago das Curilhas, recuperando os termos da declaração bilateral de 1956. Depois do adiamento da visita oficial do presidente russo, em Setembro de 1992 — aparentemente na sequência de uma sessão agitada do Conselho de Segurança presidencial —, uma segunda visita, em Maio de 1993, voltou a ser cancelada; Ieltsine acabou por visitar o Japão em Outubro de 1993, mas não houve nenhum movimento para resolver a questão territorial [cf. Tsuyoshi Hasegawa (1992), «Rocks and roles», in *Far Eastern Economic Review*, 10 de Setembro; Mark Kramer e Gareth Cook (1992), «Russia and Japan shouldn't force it», in *International Herald Tribune*, 15 de Setembro; Jim Hoagland (1992), «In the Kuril affair, the Japanese are getting a bum rap», in *International Herald Tribune*, 17 de Setembro; Alexei Zagorsky (1992), «Twelve options of the Kuril issue settlement», in *Moscow News*, 37; «Principles uppermost for Russia and Japan» (entrevistas de Andrei Kozyrev e Evgeny Ambartsumov), in *Moscow News*, 38; cf., sobre este tema, Reinhardt Drifte (1993), «Chaos in Russia and the territorial dispute with Japan», in *Pacific Review*, 6, 3, pp. 277-284].

⁵⁵ Sobre a evolução das relações da Rússia com o Japão e a Ásia oriental, cf. Robert Miller, «Russian policy toward Japan», in Peter Shearman (ed.) (1994), pp. 135-157; Gilbert Rozman (1992), *Japan's Responses to the Gorbachev Era, 1985-1991*, Princeton, Princeton University Press; Charles Ziegler (1993), *Foreign Policy and East Asia*, Nova Iorque, Cambridge University Press; Gerald Segal (1991), *Normalizing Soviet-Japanese Relations*, Londres, RIIA Special Papers; Robert Legvold (1991), «Soviet policy in East Asia», in *The Washington Quarterly*, 14, 2, pp. 129-142; Alexei Zagorsky (1995), «The post-cold war security agenda of Russia: implications for Northeast Asia», in *Pacific Review*, 8 (1), pp. 77-97; Michael Mandelbaum (ed.) (1995), *The Strategic Quadrangle. Russia, China, Japan and the United States in East Asia*, Nova Iorque, Council on Foreign Relations.

legados pela guerra fria, por alianças, num processo de abertura internacional da Rússia. Aparentemente, qualquer concessão feita ao Japão, implicando uma mudança nas fronteiras russas, causaria sérias complicações internas, e prejudicaria as relações entre Ieltsine e a hierarquia militar: as circunstâncias da crise prevaleceram sobre a continuidade da política externa num tema de importância decisiva.

A alteração da política russa na questão jugoslava confirmou a mudança num terreno emblemático da cooperação com os Estados Unidos e a Europa ocidental. Em finais de Fevereiro de 1993 o ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrei Kozyrev, contrapõe à proposta norte-americana para a resolução do conflito na Bósnia um plano em oito pontos que exige um embargo mais severo à Bósnia e defende sanções contra a Croácia, se continuarem as represálias nos enclaves sérvios da Krajina⁵⁶. A Rússia afirma uma posição autónoma, cujo sentido visa proteger a Sérvia e as comunidades sérvias, em oposição à política norte-americana, empenhada no seu isolamento e na defesa da Croácia e da comunidade muçulmana bósnia.

Também nesse caso, a posição russa, para lá do contexto externo, procura sobretudo, nas vésperas do *referendum* sobre as políticas do presidente Ieltsine, responder às críticas parlamentares, que denunciam o alinhamento permanente da Rússia com as posições ocidentais e reclamam uma linha de aliança com os «irmãos sérvios», as quais, de resto, têm eco na opinião pública⁵⁷.

As mesmas circunstâncias, por maioria de razão, prevalecem na política russa no «estrangeiro próximo». Os documentos oficiais sobre os «princípios fundamentais de um conceito de política externa russa» e os primeiros esboços da doutrina militar russa apontam ambos no mesmo sentido de dar prioridade às antigas repúblicas soviéticas, e essa orientação é reforçada desde Março pelo presidente russo. Ieltsine declara que a Rússia tem um «interesse vital» na cessação de todos os conflitos no perímetro da antiga União Soviética e reclama das Nações Unidas o reconhecimento de «poderes especiais» para a Rússia, como «garante da paz e da estabilidade» nessa região⁵⁸.

Sem esperar pela legitimação internacional dessa função, a Rússia começa a tratar o espaço da antiga União Soviética como uma esfera de influência

⁵⁶«Russia offers Balkan peace plan with pro-Serbian tilt», in *Washington Post*, 25 de Fevereiro de 1993. Sobre a evolução da posição russa, cf. Allen Lynch e Reneo Lukic (1993), «Russian foreign policy and the wars in the former Jugoslavya», in *RFE-RL Research Report*, 15 de Outubro, e Pavel Baev (1994), «Impact sur les relations entre la Russie et l'Europe occidentale», in Mathias Jopp (ed.), «Les relations étrangères de l'Europe occidentale: implications de la crise jugoslave», in *Cahier de Chaillot*, 17, pp. 39-54.

⁵⁷ Segundo uma sondagem publicada em Abril de 1993 pelo Centro de Opinião Pública da Rússia, 62% dos entrevistados opunham-se às sanções das Nações Unidas contra a Sérvia. A sondagem é citada por Alexei Pushkov (1994), «Russia and America: the honeymoon is over», in *Foreign Policy*, 93, p. 82.

⁵⁸ Cf. a intervenção do presidente federal no Congresso da União Cívica, in *ITAR-TASS*, 1 de Março de 1993.

predominante e a aplicar a sua versão de uma «doutrina Monroe» euro-asiática⁵⁹, que oscila entre a «finlandização», a «doutrina da soberania limitada» e a tentativa de institucionalização de uma organização multilateral de defesa colectiva da Comunidade de Estados Independentes, prevista pelo Tratado de Tashkent⁶⁰.

A Rússia passa a intervir, como mediador ou pela força, nas guerras locais que se instalaram no Cáucaso — usando os confrontos entre Azeris e Arménios e entre Abcasses e Georgianos para recuperar instalações militares permanentes na Arménia e na Geórgia⁶¹ — e na Ásia central, onde a guerra civil no Tajiquistão serve para criar um precedente relevante para o princípio da defesa comum das fronteiras da Comunidade de Estados Independentes e iniciar uma série de acordos de defesa bilaterais com uma parte das antigas repúblicas soviéticas⁶². Por outro lado, a instabilidade nas periferias é o ponto de partida para exigir uma revisão dos dispositivos militares russos, cujos limites estão fixados pelo tratado sobre a limitação das forças convencionais⁶³. Paralelamente, a política externa russa passa a atribuir uma importância crescente à questão das comunidades russas e russófonas no «estrangeiro próximo», cuja defesa justifica a permanência de um exército na Moldávia, a pretexto de garantir a protecção da minoria russa na Transnistria e, de facto, para assegurar a sobrevivência dos separatistas da «república do Dniestre»⁶⁴, bem como para atrasar o calendário de retirada das tropas russas da Estónia e da Letónia, ou ainda para manter uma pressão constante sobre o Cazaquistão, com ameaças implícitas de secessão ou de anexação dos territórios onde as populações russas são maioritárias.

⁵⁹ Cf. nota 14, supra; cf. também Alvin Rubinstein (1994), «The geopolitical pull of Russia» in *Orbis*, 38, 4, pp. 567-583.

⁶⁰ Depois de se ter tornado evidente a impossibilidade de manter a unidade militar entre as antigas repúblicas soviéticas, e a seguir à criação das forças armadas russas, a cimeira da Comunidade de Estados Independentes, em 15 de Maio de 1992, além de ratificar o tratado sobre a limitação de forças convencionais na Europa, estabeleceu um acordo de segurança colectiva entre os seus membros, que foi assinado pela Rússia, Arménia, Cazaquistão, Usbequistão, Tajiquistão e Quirguízia.

⁶¹ Sobre a evolução do Cáucaso, cf. Karen Dawisha e Bruce Parrott (1994); J. J. Aves (1993), *Post-Soviet Transcaucasia*, Londres, RIIA; Jane Ormond (1993), «North Caucasus: fragmentation or federation?», in Ian Bremmer e Ray Taras (eds.), *Nation and Politics in the Soviet Successor States*, pp. 448-476, Nova Iorque, Cambridge University Press; Stéphane Yerasimos (1994), «Caucase: le retour de la Russie», in *Politique étrangère*, 1, pp. 61-86.

⁶² Sobre a situação na Ásia central, cf. Shirin Akiner (1993), *Central Asia: New Arc of Crisis?*, Londres, RUSI; Sergei Karaganov (1993), *Russia and the Other Independent Republics in Asia*, Adelphi Paper, 272; Karen Dawisha e Bruce Parrott (1994); Mohiaddin Mesbahi (ed.) (1994), *Central Asia and the Caucasus after the Soviet Union*, Miami, Florida University Press.

⁶³ Hannes Adomeit (1995), pp. 60-61.

⁶⁴ Sobre a situação na Moldávia, cf. Karen Dawisha e Bruce Parrott (1994); Vladimir Socor (1993), «Moldova's 'Dniestr' ulcer», in *RFE-RL Research Report*, 2, 1.

Por último, a oposição da Rússia ao alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte passa a exprimir-se com uma veemência crescente, sobretudo depois de Boris Ieltsine ter admitido, em Varsóvia, a integração da Polónia na principal instituição de defesa ocidental⁶⁵. No mês seguinte, em Setembro, nas vésperas da reunião dos ministros da Defesa da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Andrei Kozyrev critica, em termos explícitos, o alargamento às democracias da Europa central e oriental, antes de Evgeny Primakov, director dos serviços de informação federais, tornar público um relatório oficial que denuncia a comunidade de defesa transatlântica como uma ameaça potencial à segurança russa. Em Janeiro de 1994 é o próprio porta-voz de Ieltsine quem responde ao pedido de adesão da Lituânia à Organização do Tratado do Atlântico Norte, declarando que a sua expansão «para a proximidade directa da fronteira russa» levaria a uma «desestabilização política e militar»⁶⁶.

A pressão russa consegue obter o adiamento da questão do alargamento, suspenso pela iniciativa norte-americana na cimeira de Bruxelas da Organização do Tratado do Atlântico Norte que cria uma parceria para a paz, aberta ao conjunto dos membros do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte e da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa. A Rússia aprova essa decisão por motivos óbvios, embora logo a seguir se recuse a aderir à parceria para a paz antes de ver reconhecido formalmente o seu estatuto de grande potência internacional e nuclear.

A segunda fase representa uma viragem significativa na política externa russa em várias dimensões relevantes e, sobretudo, marca o corte com a antiga linha ocidentalista ou, na fórmula de Kozyrev, com a «fase romântica» das relações entre a Rússia e as potências ocidentais⁶⁷.

Porém, essa mudança não deixa de ser limitada, mesmo durante o período mais difícil de crise interna. Os limites são evidentes no domínio dos regimes de segurança. Desde logo, o programa de redução assimétrica das armas nucleares estratégicas, definido pelo START II — que fixa um máximo de 3000 e 3500 ogivas nucleares para a Rússia e para os Estados Unidos, respectivamente —, embora duramente criticado pelas correntes antiocidentalistas

⁶⁵ Durante a sua visita oficial à Polónia, em Agosto de 1993, Boris Ieltsine declarou, a propósito da candidatura polaca à Organização do Tratado do Atlântico Norte, que «o tempo em que os dirigentes polacos iam a Moscovo receber ordens já passou» e acrescentou ainda que «essa decisão soberana da Polónia não está em contradição com o processo de integração pan-europeia, incluindo os interesses da Rússia».

⁶⁶ Cf. as declarações de Vyacheslav Kostikov in *ITAR-TASS*, 5 de Janeiro de 1994; cf. também Celestine Bohlen (1994), «Russia warns of dangers if NATO grows Eastward», in *International Herald Tribune*, 6 de Janeiro.

⁶⁷ Andrei Kozyrev (1992d), «Partnership with the West: a test of strenght», in *Moscow News*, 43, 25 de Outubro.

tas mais radicais, pôde ser aprovado por Clinton e Ieltsine, durante a cimeira de Washington, em Janeiro de 1993.

Do mesmo modo, o calendário de retirada das tropas russas da Alemanha, da Europa central e da Lituânia continuou a ser cumprido, bem como as restantes disposições dos acordos de 1990 e 1992 sobre as forças militares convencionais (CFE) — com uma ressalva sobre a provável alteração do dispositivo fixado para o distrito militar do Cáucaso do Norte —, e a pressão da hierarquia militar não impediu a redução das forças armadas russas, de resto para níveis inferiores aos previstos pelos acordos multilaterais.

Por outro lado, as tendências neo-imperialistas tiveram de coexistir com uma estratégia relativamente moderada em relação à Ucrânia⁶⁸, onde a política russa se absteve de recorrer a formas de intervenção perigosas, como a mobilização das minorias russas, o apoio oficial às sucessivas tentativas de secessão na Crimeia ou qualquer meio demonstrativo de pressão militar — sem por isso deixar de usar a dependência energética e a dívida financeira ucraniana para conter a tendência de Quieve para cortar as amarras e sair da Comunidade de Estados Independentes ou mesmo para rejeitar o acordo de Lisboa sobre a desnuclearização da Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão⁶⁹. Bem assim, no caso das repúblicas bálticas, as pressões russas nunca passaram as marcas que poderiam provocar uma crise aberta nas suas relações com os Estados Unidos e a Europa ocidental.

Enfim, em Junho de 1994 a Rússia acabou por aceitar fazer parte do programa da parceria para a paz — ao qual já tinham aderido muitas outras antigas repúblicas soviéticas —, embora reclamando um estatuto especial, expresso num texto de conclusões⁷⁰, e sem ceder na sua oposição de princípio à expansão oriental das fronteiras da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Esse último passo, que se sucede à assinatura, em Janeiro, do acordo trilateral sobre a desnuclearização da Ucrânia e à sua posterior aprovação pelo parlamento de Quieve — com reservas suspensivas quanto à adesão ao tratado de não proliferação nuclear como Estado não nuclear⁷¹ —, surge no limiar de uma terceira fase da política externa russa, mais preocupada com

⁶⁸ Hannes Adomeit (1994), «Russia: partner or risk factor in European security?», in IISS, *European Security after the Cold War*, Adelphi Paper, 285, pp. 15-33, e Andrew Wilson (1994), «Ukraine in 1993», in *Russia & the Successor States Briefing Service*, 2, 1, pp. 3-30.

⁶⁹ O protocolo de Lisboa associou, em 23 de Maio de 1992, a Ucrânia, a Bielorrússia e o Cazaquistão — os três Estados pós-soviéticos detentores de armas nucleares estratégicas, juntamente com a Rússia — ao tratado START I.

⁷⁰ Jean de la Guerivière (1994), «La Russie a finalement signé avec l'OTAN l'accord de 'partenariat pour la paix'», in *Le Monde*, 24 de Junho.

⁷¹ Robert Seely (1994), «A-arms pact approved in Ukraine», in *Washington Post*, 4 de Fevereiro; cf. também Steven Miller (1994), «Ukraine, the trilateral agreement, and the future of denuclearization», in IISS, *Strategic Comments*, 23 de Fevereiro, pp. 1-13.

os riscos de isolamento, resultantes, designadamente, da sua estratégia de reintegração das antigas repúblicas soviéticas, e menos vinculada a uma retórica nacionalista arrogante.

Essa evolução corresponde, por outro lado, a uma calma transitória na política interna russa, nomeadamente depois da aprovação da Constituição federal, das eleições parlamentares e da instalação de um governo menos contestado e, sobretudo, com os primeiros sinais de uma tendência para a estabilização económica, depois das reformas liberais de Yegor Gaidar.

A fase de re-ideologização neo-imperialista, depois da fase ocidentalista, liberal e «romântica», começa a dar lugar a uma orientação mais realista e pragmática na política externa, apesar de a sua evolução estar, permanentemente, refém de uma súbita aceleração das crises de transição, que ainda não terminaram, nem quanto à definição do Estado, nem quanto à evolução do regime, apesar de se terem registado passos positivos nos últimos dois anos.

Entretanto, depois de completada a retirada das tropas russas de Berlim, da Europa central e das repúblicas bálticas, em Setembro, e pelo meio dos problemas recorrentes no «estrangeiro próximo» — e mesmo dentro do círculo federal, com a intervenção militar na Chechénia —, a questão do alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte tornou-se um tema decisivo para a definição das principais orientações da política externa e da posição internacional da Rússia.

A POLÍTICA EXTERNA RUSSA E O ALARGAMENTO DA NATO

A Aliança Atlântica e a Organização do Tratado do Atlântico Norte têm um lugar próprio na política externa da União Soviética e da Rússia desde a assinatura do Tratado de Washington, em 1949. A fundação da comunidade transatlântica, tornada possível pela própria política soviética de dominação comunista da Europa de Leste, marcou o fim da expansão ocidental do bloco soviético e estabilizou as fronteiras políticas e ideológicas que dividiram a Europa durante a guerra fria.

A expectativa inicial da União Soviética, em 1945, previa uma retirada das forças militares norte-americanas da Europa logo a seguir ao fim da guerra. Era essa, de resto, a intenção anunciada pelo presidente Roosevelt aos seus pares soviético e britânico na conferência da Crimeia, e a revisão dessa política, bem como a participação dos Estados Unidos numa coligação internacional permanente, representaram uma viragem imprevista e sem precedentes na política externa norte-americana. O bloqueio soviético de Berlim foi decisivo para a institucionalização da aliança transatlântica e, logo a seguir, a guerra da Coreia, desencadeada pelo regime comunista local, com a bênção de Estaline, tornou possível a constituição da Organização do Tratado do

Atlântico Norte e a integração da República Federal da Alemanha no sistema de defesa colectiva ocidental — apesar das tentativas de obstrução da diplomacia soviética, a mais notável das quais seria a proposta de Molotov, em 31 de Março de 1954, sobre o alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte à União Soviética, com a sua transformação num sistema de segurança colectiva pan-europeu, no quadro do qual se poderia resolver o problema da reunificação da Alemanha⁷².

No apogeu da sua projecção internacional, a União Soviética não conseguiu impedir a constituição da coligação ocidental, nem impor a neutralização permanente da Alemanha, nem obstar a uma aliança estratégica entre o seu principal adversário e as duas potências vencidas na Segunda Guerra Mundial. Pelo contrário, a política soviética foi instrumental para a formação da Aliança Atlântica e da Organização do Tratado do Atlântico Norte, bem como para o seu alargamento à República Federal da Alemanha (e à Turquia) e para a correspondente institucionalização da divisão da Alemanha e da Europa.

Perante esses factos consumados, a União Soviética criou, com os seus clientes da Europa de Leste, o Pacto de Varsóvia — no qual a República Popular da China ocupou um lugar de observador — e concentrou-se na consolidação da sua própria esfera de influência, procurando, paralelamente, uma fórmula de *détente* bipolar, que se exprimiu imediatamente no Tratado de Estado da Áustria e foi depois oficializada por Kruchtchev com a «coexistência pacífica».

Não obstante, o objectivo permanente da política europeia soviética passou a ser a decomposição da coligação ocidental, a procura de fissuras nas relações entre os seus adversários e, sobretudo, de uma forma de dissociar a República Federal da Alemanha dos Estados Unidos, cuja implicação mais evidente seria o fim da comunidade de defesa transatlântica: a União Soviética tinha nas suas mãos a chave da unificação alemã — e, no intervalo, as relações entre os dois Estados alemães e da República Federal com a Europa de Leste — e o preço final da unificação seria a neutralização e, se possível, a «finlandização» da Alemanha⁷³. A segunda crise de Berlim, os tratados da *Ostpolitik*, a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa e as conversações para a redução das forças convencionais no teatro europeu (MBFR),

⁷² Craig Nation (1992), p. 218.

⁷³ Sobre as relações entre a Rússia e a Alemanha, cf. Renata Fritsch-Bournazel (1977), *L'URSS et les deux Allemagnes*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques; Michael Sodaro (1990), *Moscow, Germany and the West from Khrushchev to Gorbachev*, Ithaca, Cornell University Press, 1990; Gehrard Wettig (1991), «The German problem in Soviet policy», in *Aussenpolitik*, 41, 1, pp. 38-51; cf. também Timothy Garton Ash (1993), *In Europe's Name. Germany and the Divided Continent*, Nova Iorque, Random House.

a instalação dos «euromísseis» e a tese soviética sobre a «divisibilidade» da *détente*⁷⁴ são outros tantos episódios dessa estratégia, que nunca chegou a realizar os seus objectivos.

Depois de quarenta anos de tentativas falhadas, Gorbachev ensaia uma mudança da linha soviética, embora se possa admitir que o sentido último da estratégia do «novo pensamento político» fosse ainda a inversão das alianças — criar as condições para uma aliança entre a União Soviética pós-totalitária e os aliados do seu principal rival, sobretudo com a Alemanha: a soma da adesão proclamada a um paradigma liberal-institucionalista, da retirada estratégica da Europa de Leste e da unificação alemã devia poder acelerar o fim da coligação ocidental, tornada supérflua pelo desaparecimento da ameaça comunista. É nesse sentido que se pode interpretar a mudança da posição soviética quando deixa de considerar a Organização do Tratado do Atlântico Norte um inimigo⁷⁵ e passa a admitir que a comunidade de defesa transatlântica desempenha uma função estabilizadora necessária nos equilíbrios europeus, ao mesmo tempo que insiste na sua transformação numa instituição política, cuja dimensão militar perde importância com o fim anunciado da guerra fria.

O momento decisivo surge com o inesperado processo de unificação da Alemanha, na sequência da deposição do regime comunista na Polónia e da vaga revolucionária na Europa de Leste, que derruba, literalmente, o muro de Berlim. No caso da República Democrática Alemã, o fim do regime comunista não significa a democratização da «outra» Alemanha, mas a sua integração na República Federal, que a União Soviética só poderia impedir se estivesse disposta a recorrer à força. Porém, uma intervenção militar destruiria não só a política externa, como as reformas internas de Gorbachev.

No entanto, a União Soviética, tal como os Estados Unidos, podia exigir condições para essa unificação e condicionar o seu calendário⁷⁶. À partida, a posição soviética defende a velha estratégia do «desacoplamento», re-

⁷⁴ Sobre a crise dos «euromísseis», cf. Jonathan Haslam (1989), *The Soviet Union and the Politics of Nuclear Weapons in Europe (1969-1987). The Problem of the SS-20's*, Londres, Macmillan, e Jeffrey Herf (1991), *War by Other Means: Soviet Power, German Resistance and the Battle of the Euromissiles*, Nova Iorque, The Free Press.

⁷⁵ A última fase da política soviética em relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte é tratada, entre outros, por Craig Nation (1992), pp. 298-310, e Raymond Garthoff (1994), pp. 432-437.

⁷⁶ Sobre a política soviética e a unificação alemã, cf. Philip Zelikov, Condolezza Rice (1995), *Germany Unified and Europe Transformed*, Cambridge, Harvard University Press; Manfred Gortemaker (1994), *Unifying Germany, 1989-1990*, Nova Iorque, St. Martin's Press; Elizabeth Pond (1993), *Beyond the Wall. Germany's Road to Unification*, Washington, D. C., Brookings; Stephen Szabo (1992), *The Diplomacy of German Unification*, Nova Iorque, St. Martin's Press; Jeffrey Gedmin (1992), *The Hidden Hand: Gorbachev and the Collapse of East Germany*, Washington, D. C., American Enterprise Institute; Gehrard Wettig (1991a), «Die Rolle der UdSSR bei der Vereinigung Deutschlands», in Konrad Low (ed.), *Ursachen und Verlauf der deutschen Revolution*, 1989, Berlim, Duncker & Humboldt; Hannes Adomeit

cusando a permanência da Alemanha unificada na Aliança Atlântica. Em 5 de Maio de 1990, na primeira reunião entre as duas Alemanhas e as quatro potências ocupantes, Eduard Shevardnadze evoca os efeitos emocionais na opinião pública soviética de uma tal situação — «as sombras do passado voltariam à superfície, reanimando complexos nacionais, enraizados em páginas trágicas da história»⁷⁷ — e propõe que se separem as dimensões interna e externa do processo de reunificação, deixando para mais tarde a resolução do problema do estatuto da Alemanha nas alianças europeias. Por seu lado, Gorbachev sugere, em 12 de Junho, que a Alemanha unificada fosse, simultaneamente, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte e do Pacto de Varsóvia — uma maneira de sugerir a sua transformação conjunta num sistema de segurança colectiva pan-europeu.

Porém, quer o presidente norte-americano, quer o chanceler alemão, resistem a essa estratégia. Para responder aos interesses legítimos de segurança da União Soviética e evitar prejudicar a posição interna de Mikhail Gorbachev, George Bush, na cimeira de Washington, em princípios de Junho, apresenta ao presidente soviético uma proposta em nove pontos, previamente aceite por Helmut Kohl, que constituirá o quadro de referência para a unificação alemã, e ambas as partes admitem que o problema das alianças externas é uma questão que os Alemães devem decidir por si próprios, soberanamente, nos termos da Acta Final de Helsínquia⁷⁸.

Os «nove pontos» confirmam o estatuto da Alemanha como potência não nuclear, prevêem limites para as suas forças armadas, antecipam a revisão da estratégia e a redução das armas nucleares tácticas da Organização do Tratado do Atlântico Norte, cujas forças militares não serão estacionadas no território da Alemanha Oriental durante o período de transição previsto para a retirada das tropas soviéticas, implicam um reiterado compromisso alemão de renúncia aos seus antigos territórios integrados na Polónia e na Rússia e defendem um reforço das funções da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa como organização de segurança pan-europeia, além de referirem uma compensação económica da retirada soviética.

Nas semanas seguintes, os dois parlamentos alemães confirmam o seu reconhecimento da fronteira do Oder-Neisse e, no momento em que se realiza o último congresso do Partido Comunista da União Soviética, o Conselho do Atlântico Norte aprova a declaração de Londres, que formaliza a mudança

(1990), «Gorbachev and German unification: revision of thinking, realignment of power», in *Problems of Communism*, 39, 4, pp. 1-23; Hannes Adomeit (1993), «'Midwife of history' or 'sorcerer's apprentice' Gorbachev, German unification and the collapse of empire», *Post-Soviet Affairs*, Berkeley, 10, 3, pp. 197-230.

⁷⁷ Manfred Gortemaker (1994), p. 180; cf. também Philip Zelikov, Condolezza Rice (1995).

⁷⁸ Manfred Gortemaker (1994), pp. 185; cf. também Robert Blackwil (1994b), «German unification and American diplomacy», in *Aussenpolitik*, 3, pp. 211- 225.

da estratégia militar da aliança. Na mesma altura, em Brest — um lugar simbólico —, Russos e Alemães completam as conversações sobre os limites das forças militares da Alemanha unificada, o calendário da retirada soviética e as respectivas contrapartidas económicas⁷⁹.

Finalmente, na cimeira de Moscovo, em 14 de Julho, Gorbachev e Kohl concluem o acordo final. O presidente soviético, citando Bismarck para anunciar que decidira «vestir o manto da história»⁸⁰, aceita que a Alemanha, depois da unificação, escolha livremente as suas alianças internacionais — isto é, continue a ser membro da Aliança Atlântica —, com três condições: a Alemanha unificada seria constituída pela RFA, RDA e Berlim, nas fronteiras existentes; renuncia às armas nucleares, químicas e bacteriológicas; e as forças militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte não entram no território da antiga República Democrática enquanto a retirada soviética estiver em curso.

A decisão de Gorbachev marca uma inversão radical da política soviética: com a indispensável bênção dos antigos vencedores, a reunificação da Alemanha acabou por se realizar pacífica e democraticamente, sem neutralização, sem ruptura da aliança estratégica com os Estados Unidos e sem a decomposição da aliança transatlântica ou a sua substituição por um sistema de segurança colectiva pan-europeu. E o recuo soviético, com a queda do muro de Berlim e a unificação da Alemanha, antecipou o fim do regime comunista russo⁸¹.

No ano seguinte, o suicídio do regime comunista e a dissolução da União Soviética marcaram, por sua vez, o fim da guerra fria, cujo óbvio vencedor era a Organização do Tratado do Atlântico Norte — uma evidência na qual as potências ocidentais não insistiram e que nem por ser frequentemente negada do lado russo deixa de pesar na formação das suas percepções sobre a política internacional.

A resposta inicial da política externa russa pós-soviética foi no sentido de uma acentuação da linha ocidentalista, brevemente interrompida, ou perturbada, por um derradeiro sobressalto da velha guarda comunista nos últimos

⁷⁹ A propósito, Shevardnadze diz que «a escolha do lugar tem um significado simbólico, por um lado, a memória de certos aspectos do nosso passado comum e, por outro lado [...] demonstra a nossa vontade de apagar esse passado e abrir um novo capítulo». Brest-Litovsk fora, sucessivamente, o lugar das conversações entre as autoridades bolcheviques e as potências centrais, que deu origem ao Tratado de Brest-Litovsk, em 1918, e o ponto de reunião das forças alemãs e russas depois da quarta partilha da Polónia, em Setembro de 1939 [Manfred Gortemaker (1994), p. 188].

⁸⁰ Manfred Gortemaker (1994), pp. 193-194; Philip Zelikov, Condolezza Rice (1995), pp. 328-342; cf. também o testemunho do conselheiro do Kohl, Horst Teltschik (1991), 329 *Tage: Innansichten der Einigung*, Berlim, Sieder Verlag, e o do conselheiro de Gorbachev, Anatoly Chernyaev (1993), *Shest' let s Gorbachevym: podnevnikovym zapisyam*, Moscovo, Progresso.

⁸¹ Segundo a fórmula de Timothy Garton Ash, «no wall, no Soviet Union», [Timothy Garton Ash (1990b), «Gorbachev's gamble», in *The Independent*, 8 de Novembro].

meses do seu regime. Perante o ritmo de desagregação da antiga União Soviética e, designadamente, com a emergência da Ucrânia como potência nuclear rival, o pior risco era o isolamento externo da Rússia. Numa primeira fase, a prioridade voltou a ser a cooperação com as potências ocidentais, e nomeadamente com os Estados Unidos, para alargar os acordos de redução das armas estratégicas nucleares à Ucrânia, à Bielorrússia e ao Cazaquistão e garantir a sua rápida desnuclearização. Na mesma linha, a participação dos membros do extinto Pacto de Varsóvia e, depois, também das antigas repúblicas da União Soviética no Conselho de Cooperação do Atlântico Norte assegurou uma forma de internacionalização da transição pós-soviética⁸². Paralelamente, a Rússia procurou, com certos resultados, recorrer à Comunidade de Estados Independentes para regular outras dimensões complexas do processo de decomposição da antiga União Soviética.

Nesse contexto de crise, a posição da Rússia pós-soviética sobre a sua intenção de aderir às instituições europeias e ocidentais, incluindo a Organização do Tratado do Atlântico Norte, tem tanto um grão de romantismo, num período de certa euforia, como uma boa parte de realismo, afinada pelos riscos da transição. Em todo o caso, a abertura russa retirou urgência a qualquer estratégia ocidental de alargamento da Aliança Atlântica, apesar da pressão exercida nesse sentido nomeadamente pelo trio de Visegrad — que já se pronunciara pela continuidade da Alemanha na Organização do Tratado do Atlântico Norte antes da cimeira decisiva de Moscovo⁸³: a diplomacia russa não repetiu o erro de Estaline.

Naturalmente, a passagem a uma segunda fase da política externa russa, depois de a assinatura do protocolo de Lisboa ter vinculado a Ucrânia, a Bielorrússia e o Cazaquistão ao acordo START I, alterou as suas posições iniciais quanto à Aliança Atlântica, tanto por efeito da prioridade atribuída à contenção das dinâmicas de fragmentação no «estrangeiro próximo» como pela ressurgência de linhas neo-imperialistas, mobilizadas contra o «alinhamento unilateral» da Rússia com as políticas ocidentais⁸⁴.

⁸² Depois da dissolução do Pacto de Varsóvia, em 1 de Julho de 1991, o Conselho do Atlântico Norte, em 8 de Novembro, decidiu formar o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, onde teriam lugar os Estados membros do antigo bloco adversário. Esse Conselho teve a sua primeira reunião no dia 20 de Novembro, num formato 16+9, incluindo os aliados ocidentais, a União Soviética, a Lituânia, a Letónia e a Estónia e a Polónia, a Checoslováquia, a Hungria, a Roménia e a Bulgária. Ironicamente, foi a última instituição multilateral de que a União Soviética fez parte antes da sua dissolução. Em 10 de Março de 1992, com a Rússia, as restantes antigas repúblicas da União Soviética passaram a fazer parte do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte.

⁸³ Gehrard Wettig (1995), p. 42; cf. também Rudolf Tokes (1991), «From Visegrad to Krakow: cooperation, competition and coexistence in central Europe», in *Problems of Communism*, 6, pp. 100-114.

⁸⁴ Alexei Pushkov (1994); Georgi Arbatov (1994), «A new cold war?», in *Foreign Policy*, 95, pp. 90-104.

O recuo das correntes liberais e «atlantistas» tornou-se evidente desde meados de 1993, quando a questão do alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte às democracias pós-comunistas da Europa central começou a ganhar uma certa saliência, nas vésperas de uma fase crítica da crise política interna russa, que culminou com a dissolução e o assalto militar ao Congresso soviético.

Para a escola neo-realista, o essencial continuava a ser ganhar tempo e impedir que um passo decisivo para a definição dos equilíbrios pós-guerra fria fosse dado enquanto a Rússia estava imersa nos seus próprios problemas, vulnerável perante quaisquer pressões externas. Nesse sentido, era preciso jogar contra a transformação da União Europeia numa instituição dotada de uma política de defesa comum e, sobretudo, travar o alargamento oriental das fronteiras da Aliança Atlântica. A Europa central perdera o seu estatuto prioritário na política russa, como ficara demonstrado pela retirada estratégica iniciada em 1989, mas a vasta faixa intermédia entre a Rússia e a Alemanha não devia voltar a ser um «cordão sanitário» — tanto mais que adquirira uma escala sem precedentes com a independência da Ucrânia⁸⁵. Nesse sentido, a política externa russa, além de manter as antigas repúblicas europeias da União Soviética — com excepção da Lituânia, da Estónia e da Letónia — vinculadas à Comunidade de Estados Independentes, tratou de se opor ao desenvolvimento de qualquer forma de agregação sub-regional do conjunto dos Estados que se distribuíam nessa área, desde o Báltico ao mar Negro, formada a partir da Ucrânia⁸⁶: a prioridade atribuída às relações entre a Rússia e a Bielorrússia⁸⁷ ou mesmo a frase de Ieltsine sobre a admissibilidade

⁸⁵ De resto, o tema do «cordão sanitário» surge logo em meados de 1989 perante os sinais de viragem na Polónia, com uma tentativa de última hora de substituir o modelo da hegemonia comunista na Europa de Leste por um modelo de «finlandização»: em causa estava o óbvio risco de contágio da Ucrânia, da Lituânia ou mesmo da Bielorrússia. Sobre o tema do isolamento ou da formação de uma «zona tampão» na Europa de Leste depois de 1991, cf. Andrei Kozyrev *et al.* (1993a), p. 16, Conselho de Política Externa e de Defesa (1992), tese 1.3.5. Andrei Zagorsky, por seu lado, constata uma diferenciação da Europa de Leste, separando a Europa central e as repúblicas bálticas de uma sub-região balcânica, e Oleg Bogomolov entende que a «faixa intermédia» voltará a ser uma área de disputa entre a Alemanha e a Rússia [cf. Andrei Zagorsky (1993), pp. 47-48, e Oleg Bogomolov (1994), p. 26].

⁸⁶ Sobre as tentativas ucranianas de formar uma «zona de segurança» na Europa central sem a Rússia, e incluindo as repúblicas bálticas, a Bielorrússia e a Turquia, cf. John Morrison (1993), p. 696, e Karen Dawisha e Bruce Parrott (1994), pp. 212-213.

⁸⁷ O estatuto excepcional da Bielorrússia como uma área de interesse vital para a Rússia é sublinhado por Dimitri Trenin (1995), «Russia's security needs and the West», in Galina Sidorova e Irene Karaganova (eds.), *No Great Europe without Russia, no Great Russia without Europe*, p. 91; cf. também o segundo manifesto do Conselho de Política Externa e de Defesa, que aceita a união económica e monetária entre a Rússia e a Bielorrússia só a título excepcional, por razões de segurança [Conselho de Política Externa e de Defesa (1994), tese 3.9.2].

da integração da Polónia na Organização do Tratado do Atlântico Norte respondem a esse objectivo crucial.

De certo modo, a ocidentalização das políticas externas da maior parte dos Estados da Europa central e oriental, expressa nos seus pedidos de adesão à União Europeia e à Aliança Atlântica, foi positiva, vista do lado russo, na medida em que inviabilizou as tendências para a formação de uma entidade sub-regional na dita faixa intermédia⁸⁸. Mas a eventual integração desses Estados no sistema de defesa colectiva ocidental prejudicava os interesses da Rússia, segundo as correntes internas dominantes, que preferiam uma Europa central e oriental instável, dividida e «semidesmilitarizada»⁸⁹: a sua atracção pelas instituições ocidentais era positiva enquanto a sua integração efectiva continuasse a ser uma remota ilusão.

Quando a integração numa aliança política e militar se tornou mais provável, a Rússia manifestou a sua inequívoca oposição. Os serviços secretos tornaram público um relatório onde a Organização do Tratado do Atlântico Norte vinha descrita como uma ameaça potencial à segurança da Rússia e em que se previa uma remilitarização da política externa russa perante a expansão das fronteiras orientais da «maior organização internacional de defesa», cujo «enorme potencial ofensivo», mais próximo das fronteiras, despertaria profundos sentimentos de insegurança⁹⁰. Por outro lado, o próprio presidente Ieltsine evocou o perigo de ressurgência dos «velhos medos de cerco»⁹¹, enquanto o seu ministro dos Negócios Estrangeiros prevenia que o alargamento jogaria a favor das forças mais extremistas na política interna russa,

⁸⁸ Sobre as políticas externas dos Estados da Europa central, cf. Vaclav Havel (1991), «NATO and the new democracies», in *The Federator*, 8, 1-3, pp. 2-5; Wojtek Lamentowicz (1991), «Évolution des structures politiques de l'Europe: un point de vue polonais», in *Politique étrangère*, 1, pp. 137-148; Jan Zielonka (1992), *Security in Central Europe*, Adelphi Paper, 272; Mihaly Fulop (1994), «La politique étrangère hongroise dans le contexte de l'Europe centrale», in *Politique étrangère*, 1, pp. 115-128; Saulius Girnius (1993), «Lithuania's foreign policy», in *RFL-RE Report*, n. 35, 3 de Setembro; Riina Ruth Kionka (1994), «La politique étrangère des États baltes», in *Politique étrangère*, 1, pp. 87-98. Peter van Ham (ed.) (1995), «Les États baltes: sécurité et défense après l'indépendance», in *Cahier de Chaillot*, 19.

⁸⁹ Segundo a frase do manifesto do CPED de 1994, um «sistema de segurança comum europeu», incluindo a Rússia, «requer uma cintura semidesmilitarizada de países no coração da Europa» [cf. Conselho de Política Externa e de Defesa (1994), tese 4.5].

⁹⁰ O relatório do Serviço de Informações Externas foi resumido pelo seu director, Evgeny Primakov, numa conferência de imprensa, em Moscovo, no dia 25 de Novembro [Steven Erlanger (1993), «Russian gives new warning to NATO on ex-East bloc», in *International Herald Tribune*, 26 de Novembro].

⁹¹ O presidente russo fez essas declarações em Bruxelas, na sequência de um encontro com o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Manfred Wornat. Na mesma altura Ieltsine escreveu cartas aos seus pares norte-americano e francês, bem como ao chanceler alemão e ao primeiro-ministro britânico, exprimindo a oposição da Rússia ao alargamento [William Drodziak (1993), «A blunt Yeltsin warning to NATO», in *International Herald Tribune*, 10 de Dezembro].

pondo em causa o processo de democratização⁹². Em alternativa, as autoridades russas insistiam na necessidade de formação de um sistema de segurança colectiva pan-europeu.

Embora as ameaças de remilitarização fossem pouco eficazes e mesmo contraproducentes, a diplomacia russa conseguiu fazer das vulnerabilidades óbvias da transição pós-comunista, bem como dos riscos de isolamento prematuro da Rússia, um instrumento efectivo de pressão e jogar com as divisões entre os aliados ocidentais e com a paralela oposição da Ucrânia — para a qual um alargamento limitado à Europa central significava um isolamento irremediável — para sustentar a aceleração do processo de alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte, de resto precipitado e mal preparado do lado ocidental.

Numa fórmula ambígua de compromisso, a cimeira aliada de Bruxelas, em 11 de Janeiro de 1994, aprovou o programa da «parceria para a paz» — aberto ao conjunto dos Estados membros do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, bem como aos restantes membros da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa —, apresentado como um primeiro passo para uma «eventual extensão» da aliança ocidental, aberta «à Rússia e a todos os outros países de Leste»⁹³.

A suspensão do alargamento, justificada pela vontade de não criar novas linhas de divisão na Europa, foi seguida pela assinatura, em Moscovo, no dia 14 de Janeiro, do acordo trilateral entre os Estados Unidos, a Rússia e a Ucrânia, que estabelecia um calendário para o desarmamento nuclear da Ucrânia num prazo de sete anos, bem como previa a sua adesão ao tratado de não proliferação nuclear como Estado não nuclear num quadro de garantias dos dois outros signatários sobre a sua segurança.

Não obstante a decisão sobre a «parceria para a paz», bem como a assinatura do acordo trilateral, serem o melhor resultado possível para a sua política, a Rússia, depois de ter considerado «sensacional» a iniciativa do Conselho do Atlântico Norte⁹⁴, decidiu não participar no programa, enquanto não fosse reconhecido formalmente o seu estatuto especial como grande potência nuclear e internacional⁹⁵.

⁹² Steven Erlanger (1993). «Russia plays the Zhirinovsky card», in *International Herald Tribune*, 29 de Dezembro.

⁹³ Aparentemente, são esses os termos da posição do secretário de Estado norte-americano Warren Christopher depois da sua reunião de 22 de Outubro, em Moscovo, com o presidente Ieltsine [Jan Krauze (1993), «Moscou approuve l'offre américaine de 'partenariat pour la paix'», in *Le Monde*, 24-25 de Outubro; cf. também as declarações de Strobe Talbott, citadas por Michael Gordon (1994), «US to keep East at bay over NATO membership», in *International Herald Tribune*, 3 de Janeiro].

⁹⁴ Jan Krauze (1993).

⁹⁵ Num primeiro momento, a Rússia parece preparada para dispensar a cláusula do «estatuto especial», segundo a posição do primeiro-ministro, depois dos seus encontros com o secretário da Defesa norte-americano, William Perry, em 18 de Março. Mas, no dia 31 de

A Rússia só subscreeveu os documentos da parceria para a paz em 22 de Junho, depois de renunciar a um acordo complementar distinto, mas valorizando um texto oficial de conclusões como um «protocolo especial», que reconhecia a sua posição singular⁹⁶. Esse acto, juntamente com outros sinais de moderação — a sua participação no «grupo de contacto» sobre a Bósnia ao lado dos Estados Unidos, da França, da Grã-Bretanha e da Alemanha⁹⁷, os acordos sobre a retirada das tropas russas da Estónia e da Letónia (98), o acordo de cooperação entre a Rússia e a União Europeia⁹⁹, a conclusão do processo de evacuação militar russa da Europa¹⁰⁰ —, bem como os indicadores de uma relativa estabilidade política e económica interna, marcam, de certo modo, o fim de uma fase mais rígida da política externa russa, durante a qual as tensões internas entre as correntes pragmáticas e as facções ultranacionalistas e neocomunistas tinham imposto uma retórica arrogante a anti-ocidental.

Porém, a passagem à fase seguinte não significou um regresso à linha ocidentalista, mas uma consolidação das correntes nacionalistas, de resto fortalecidas pelas condições internas, bem como por certos passos no proces-

Março, o porta-voz de Ieltsine declara que a Rússia não vai aderir à «parceria para a paz» nos próximos meses. O ministro dos Negócios Estrangeiros desmente essa posição, para a confirmar poucos dias depois, em 6 de Abril. Finalmente, a Rússia assinará o acordo em 22 de Junho [cf. Fred Hiatt (1994), «A new US line on Russia», in *International Herald Tribune*, 19-20 de Março; Hannes Adomeit (1995), p. 49; cf. também Andranik Migranian (1994a), «Partnership for peace: no, Russia is too big for this exercise», in *International Herald Tribune*, 24 de Junho].

⁹⁶ Jean de la Guerivière (1994), e Andrei Kozyrev (1994c), «La Russie et l'OTAN: un partenariat pour une Europe unie et pacifique», in *Revue de l'OTAN*, 4, Agosto, pp. 3-6.

⁹⁷ O «grupo de contacto», incluindo representantes dos Estados Unidos, da Rússia, da Alemanha, da Grã-Bretanha e da França foi constituído em 21 de Abril de 1994. Em Fevereiro de 1994 a Rússia tivera uma intervenção decisiva no levantamento do cerco sérvio de Sarajevo depois do *ultimatum* da Organização do Tratado do Atlântico Norte e passara a participar na missão de «manutenção da paz» das Nações Unidas [Cf. Andrei Kozyrev (1994b), «A strategy for partnership», *International Affairs*, Moscovo, 8, pp. 3-13; Jonathan Eyal, «Letting Russia draw the line», in *The Independent*, 21 de Fevereiro de 1994; Pavel Baev (1994), pp. 46-48; cf. também Allen Lynch e Reneo Lukic (1994), «Russian foreign policy and the wars in the former Jugoslavya», in *RFE-RL Research Report*, 15 de Outubro].

⁹⁸ Sobre os acordos de retirada das tropas russas da Estónia e da Letónia, cf. Mare Haab (1995), «L'Estonie et l'Europe la sécurité et la défense», in Peter van Ham (ed.) (1995), in *Cahier de Chaillot*, 19, pp. 60-61; Ilmars Viksne (1995), «La Lettonie et les structures de sécurité européennes», *ibid.*, pp. 81-82.

⁹⁹ O acordo de cooperação entre a União Europeia e a Rússia foi assinado na cimeira de Corfu, em 24-25 de Junho de 1994. Posteriormente, foi suspenso durante seis meses, na sequência da intervenção militar russa na Chechénia.

¹⁰⁰ A retirada das forças militares russas da Europa, incluindo as repúblicas bálticas, completou-se em 1 de Setembro de 1994. Os últimos acordos de retirada foram assinados, com certa dificuldade, pelos presidentes da Rússia e da Estónia em 26 de Julho de 1994 («Les troupes russes quitteront l'Estonie avant le 31 août», in *Le Monde*, 28 de Julho de 1994).

so de reintegração das antigas repúblicas soviéticas, tanto através de acordos bilaterais como do desenvolvimento das estruturas da Comunidade de Estados Independentes — não obstante a crise do rublo, as resistências da Ucrânia ou as intervenções militares no Tajiquistão ou na Chechénia¹⁰¹, que revelam os limites das tendências de estabilização.

Em todo o caso, a persistência da oposição russa ao alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte demonstra bem o isolamento persistente das correntes liberais e «atlantistas» na formulação da política externa russa. Essa oposição voltou a ser acentuada, nomeadamente a partir de finais de 1994, quando Boris Ieltsine reiterou a sua rejeição de um «alargamento global e simultâneo» da comunidade de defesa transatlântica, que significaria a restauração de «dois blocos militares opostos na Europa» e o início de uma «nova guerra fria»¹⁰².

Formalmente, a Rússia não se declara oposta a qualquer alargamento e pretende não querer exercer um poder de veto, ou um *droit de regard* sobre a expansão oriental das fronteiras da Aliança Atlântica. A sua posição oficial limita-se a defender que esse processo deve incluir, obrigatoriamente, a Rússia, e não apenas os Estados da Europa central e oriental: ou todos ou nenhum. Todavia, a sua candidatura, para a linha dominante na política externa russa, não faz o menor sentido. Em abstracto, na medida em que o fim do regime comunista russo e a unificação da Alemanha puseram em causa a velha fórmula canónica de equilíbrio da Aliança Atlântica — *to keep the Americans in, the Russians out and the Germans down* —, a integração da Rússia, para contrabalançar a posição da Alemanha, seria uma possibilidade¹⁰³ — mas do lado russo nunca ninguém defendeu publicamente essa variante, nem sequer os proponentes de uma aliança electiva com os Estados Unidos¹⁰⁴, numa

¹⁰¹ Eberhard Schneider (1995), «Moscow's decision for war in Chechenia», in *Aussenpolitik*, 46, 2, pp. 157-167; cf. também Stephen Blank (1995), «Russia's real drive to the South», in *Orbis*, 39, 3, pp. 369-386; Marie Benningsen Broxup (1995), «Tchéchénie: une guerre coloniale», in *Politique internationale*, 67, pp. 107-120.

¹⁰² Boris Ieltsine faz essas declarações na cimeira de Budapeste da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, de 5-6 de Dezembro, depois de Andrei Kozyrev ter anunciado, no dia 1 de Dezembro, que a Rússia se recusava a assinar dois documentos sobre as relações com a Organização do Tratado do Atlântico Norte no quadro da parceria para a paz [cf. Elaine Sciolino (1994), «Clinton's hope meets harsh Yeltsin reply», in *International Herald Tribune*, 6 de Dezembro, e «Russia balks over NATO expansion to the east», in *International Herald Tribune*, 2 de Dezembro de 1994; Jean de la Guerivière (1994), «La Russie s'oppose à l'élargissement de l'OTAN», in *Le Monde*, 3 de Dezembro; Craig Withney (1994), «Unsteady alliance, derailed by Moscow», in *International Herald Tribune*, 13 de Dezembro].

¹⁰³ O argumento é desenvolvido por Coral Bell (1991), «Why Russia should join NATO», in *The National Interest*, 22, pp. 37-47.

¹⁰⁴ Cf. Fred Iklé e Sergei Karaganov (eds.) (1993), *Harmonizing the Evolution of US and Russian Defence Policies*, nomeadamente o capítulo de Vladimir Lukin. A lógica dos analistas russos mais próximos de uma linha de «reconciliação» dos velhos rivais não chega a admitir uma aliança estratégica, mas admite um interesse comum em impedir a nuclearização da Alemanha e do Japão ou, em todo o caso, a necessidade de impedir uma hegemonia alemã na Europa.

reprodução do modelo de reconciliação entre a França e a Alemanha, o qual, justamente, só foi possível no quadro do desenvolvimento das duas comunidades europeia e transatlântica¹⁰⁵.

Pelo contrário, longe de procurar uma fórmula inovadora para os equilíbrios pós-guerra fria, a posição russa em relação ao alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte limita-se a recuperar, passo por passo, uma boa parte da velha política soviética.

Com efeito, tal como no passado, a candidatura da Rússia aparece sempre associada à transformação da Organização do Tratado do Atlântico Norte num sistema de segurança colectiva pan-europeu¹⁰⁶ — um braço armado da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa. Por outras palavras, a Rússia só aceitaria o alargamento se esse processo a incluísse e destruísse o sistema de defesa colectiva ocidental — alternativamente, o seu objectivo continuará a ser impedir ou adiar a expansão da Aliança Atlântica.

Essa linha de continuidade com a velha política soviética é, de resto, sublinhada pela distinção russa entre os processos de alargamento da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte a partir da altura em que passou a admitir o primeiro para reforçar a sua rejeição do segundo¹⁰⁷. Por um lado, a União Europeia não tem uma dimensão de defesa e a sua extensão só pode incluir garantias implícitas, sem valor vinculativo, de segurança para os Estados da Europa central. Por outro lado, a posição da Rússia procura tirar partido das divisões entre os aliados ocidentais e dissociar, se não opor entre si, os dois processos de integração comunitários, europeu e transatlântico¹⁰⁸. Se essa lógica pudesse prevalecer, o fim da Aliança Atlântica e a retirada das forças militares norte-americanas da Europa seriam uma questão de tempo.

¹⁰⁵ Fred Iklé (1992), «Comrades in arms. The case for a Russian-American defence community», in *The National Interest*, 26, pp. 22-32; cf. também Paul Nitze (1990), «Move now to secure a the new Soviet partnership», in *International Herald Tribune*, 27 de Agosto. Para uma posição contrária, cf. Henry Kissinger (1994), «Russian and American interests after the cold war», in Stephen Sestanovich (ed.) pp. 1-9.

¹⁰⁶ Essa é uma posição corrente, quer na política oficial, quer entre os analistas russos [cf. Andrei Kozyrev (1993d), «O que se pode fazer com a NATO?», in *Público*, 5 de Outubro; Andrei Kozyrev (1994b), «The lagging partnership», in *Foreign Affairs*, 73, 3, p. 65; Vladimir Kozin (1993), «New dimensions of NATO», in *International Affairs*, Moscovo, 3, pp. 53-61; Boris Kazantsev (1994), «First steps towards Russia's partnership with NATO», in *International Affairs*, Moscovo, 12, pp. 17-23; Alexander Alexeyev (1993), «Security from the Atlantic to the Urals and beyond», in *International Affairs*, Moscovo, 2, pp. 54-62; cf. também Hannes Adomeit (1994), «The Atlantic Alliance in Soviet and Russian perspective», in Neil Malcolm (ed.), *Russia and Europe: an End to Confrontation?*, pp. 31-54, Londres, Pinter; Gehrard Wettig (1995)].

¹⁰⁷ Gehrard Wettig (1995), p. 48.

¹⁰⁸ Num documento onde se desenvolve uma estratégia minuciosa contra o alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Conselho de Política Externa e de Defesa propõe uma aproximação aos «círculos dominantes» ocidentais que resistem à expansão da Aliança Atlântica, nomeadamente nos países onde esses opositores são particularmente fortes — uma

Num sentido paralelo, a Rússia procura forçar as potências ocidentais a escolherem entre a sua própria integração nos equilíbrios internacionais e a consolidação das democracias pós-comunistas na Europa central: se o alargamento da Aliança Atlântica se realizar, apesar da oposição russa, a maior potência regional fica isolada e excluída da definição dos equilíbrios internacionais do pós-guerra fria, cuja legitimidade poderá não reconhecer¹⁰⁹. A alternativa será entre a extensão das garantias de segurança estratégica, necessárias para estabilizar a Europa central e oriental, e o estatuto internacional da Rússia, cujo regresso a uma linha revisionista tornaria difícil, se não impossível, assegurar a estabilidade europeia a longo prazo¹¹⁰.

A excessiva rigidez da sua rejeição do alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte tornou a posição da Rússia difícil de sustentar, sobretudo pela ausência de uma resposta flexível aos múltiplos sinais de compromisso expressos pelos Estados Unidos, bem como por outras potências ocidentais, que aceitam, por um lado, não excluir a possibilidade de a Rússia vir a pertencer à comunidade transatlântica¹¹¹ e, por outro lado, procuram um acordo com a Rússia, a par do alargamento, que possa responder aos seus interesses de segurança legítimos¹¹². As posições mais radicais criticam mesmo o ministro dos Negócios Estrangeiros russo por ter feito declarações que foram «interpretadas pelo Ocidente como o início de conversa-

lista que inclui «Portugal, Espanha, possivelmente a Itália, Grã-Bretanha, França e, definitivamente, a Grécia». Essa percepção parece pouco realista, excepto quanto à Grécia [cf. Conselho de Política Externa e de Defesa (1995), *Russia and NATO. Theses of the Council on Foreign and Defense Policy*, teses 2.2.2 e 2.2.3]. Segundo o documento, as teses foram preparadas por um grupo de trabalho coordenado por Sergei Karaganov e assinadas, entre outros, por membros do CPED, como Evgeny Kozhokin, Vladimir Lukin, I. Malashenko, Alexei Pushkov, Vladimir Tretyakov, Arkady Volsky, bem como por Alexei Arbatov, Oleg Bogomolov, Andrei Kortunov, Viacheslav Nikonov, Konstantin Sorokin, Dmitri Trenin e Vitaly Zhurkin.

¹⁰⁹ Sobre esse tema — a síndrome de Versalhes —, cf. Stanley Sloan (1995), «US perceptions on NATO's future», in *International Affairs*, 71, 2, pp. 222; cf. também Charles Kegley Jr. e Gregory Raymond (1994), *A Multipolar Peace. Great Power Politics in the Twenty First Century*, Nova Iorque, St. Martin's Press; cf. também Andranik Migranian (1994b), «Un peligroso callejon sin salida», in *El País*, 3 de Dezembro.

¹¹⁰ Conselho de Política Externa e de Defesa (1995), tese 1.3.4.

¹¹¹ Acerca da troca de cartas entre os presidentes dos Estados Unidos e da Rússia, cf. Daniel Williams (1995), «US pushing Russia to cooperate with NATO», in *International Herald Tribune*, 23 de Fevereiro; Steven Greenhouse (1995), «US tells Russia: don't be afraid of NATO», in *International Herald Tribune*, 15 de Março; Michael Dobbs e R. Jeffrey Smith (1995), «US soothes Yeltsin on NATO», in *International Herald Tribune*, 8 de Maio.

¹¹² No Conselho Europeu de Carcassona, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Alain Juppé, evocou mesmo a possibilidade de um pacto de não agressão entre a Rússia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte — uma sugestão que não teve um eco excessivo do lado norte-americano, nem da parte britânica, enquanto Klaus Kinkel teria dado o seu assentimento, desde que esse tratado fosse posterior ao alargamento [Tom Buerkle (1994), «EU urges NATO and Moscow to make treaty», in *International Herald Tribune*, 20 de Março; «EU may back NATO-Russia pact», in *Financial Times*, 20 de Março de 1995, «NATO pact 'interests' Moscow, France says», in *International Herald Tribune*, 22 de Março de 1995]. Sobre este tema, cf. também Zbigniew Brzezinski (1995b), «A plan for Europe», in *Foreign Affairs*, 74, 1, pp. 26-42.

ções sobre ‘compensações’» pelo consentimento de Moscovo em relação ao alargamento¹¹³ e consideram quaisquer propostas para preparar um tratado entre a NATO e a Rússia «contraproducentes»¹¹⁴.

Para lá das divisões entre os aliados ocidentais, uma política russa assente na previsão da incapacidade de a comunidade transatlântica tomar uma decisão concreta sobre o alargamento nos próximos meses parece arriscada. Os cinco anos que decorreram desde o fim da guerra fria demonstraram a determinação dos Estados Unidos e a vontade da Alemanha em preservarem e consolidarem a Organização do Tratado do Atlântico Norte, apesar de a dissolução da União Soviética ter tornado supérflua a sua função inicial de contenção da ameaça comunista russa. Por outro lado, a unificação da Alemanha tornou a continuidade da comunidade transatlântica mais importante para os restantes parceiros europeus, nomeadamente para a França e para a Grã-Bretanha, e, ao mesmo tempo, reforçou a posição alemã, que defende a dupla integração das democracias pós-comunistas da Europa central na União Europeia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte. E, por último, a relativa paralisia da União Europeia, com o consequente adiamento da expansão das suas fronteiras orientais, tornou mais premente a questão da prévia integração dos candidatos à integração europeia na Aliança Atlântica, de resto reclamada, com uma insistência crescente, pela Polónia e pela República Checa, entre outros. Essa via lateral, de resto, não só responderia aos interesses prioritários de segurança desses Estados, como poderia contornar as resistências previsíveis ao alargamento da União Europeia.

Nesse quadro, a política externa russa poderá vir a ter de escolher entre um risco efectivo de isolamento, se persistir numa linha de rejeição sem saída, e uma fórmula de integração nos equilíbrios europeus que garanta os seus interesses legítimos de segurança, a qual implica uma definição das fronteiras entre a Europa e a Rússia. O compromisso implícito nas posições que limitam o alargamento da Aliança Atlântica aos candidatos à integração na União Europeia e excluem desse quadro, pelo menos temporariamente, a Ucrânia¹¹⁵ — deixando, entretanto, cada uma das três repúblicas bálticas

¹¹³ Conselho de Política Externa e de Defesa (1995), tese 2.1.4.

¹¹⁴ Id., *ibid.* Estas críticas têm um enunciado brando, mas membros do Conselho de Política Externa e de Defesa acusavam, em privado, Andrei Kozyrev de negociar em Bruxelas sem mandato do presidente federal. Kozyrev foi finalmente substituído por E. Primakov como ministro dos Negócios Estrangeiros depois das últimas eleições para a Duma do Estado.

¹¹⁵ Cf. a declaração do presidente Clinton durante a visita do presidente Kuchma a Washington, considerando «prematura» a entrada da Ucrânia na Organização do Tratado do Atlântico Norte. Em todo o caso, a adesão ucraniana implicaria uma violação do estatuto de neutralidade a que o regime pós-soviético de Quieve se submeteu desde a sua independência e seria incompatível com o seu estatuto de membro da Comunidade de Estados Independentes. Sobre estes últimos pontos, cf. John Morrison (1993), p. 696; Anatoly Zlenko (1994), «The foreign policy of Ukraine: principles of shaping and problems of implementing», in *International Affairs*, Moscovo, Agosto, pp. 12-18; Anatoly Adamishin (1993b), «Si la ONU no quiere pacificar la periferia de Rusia, que dé competencias a otros», in *El Pais*, 23 de Outubro.

numa área cinzenta — não parece ser, em princípio, inaceitável para a Rússia, embora justifique, largamente, a oposição da Ucrânia, que não pode nem integrar-se na comunidade transatlântica, nem numa comunidade eslava.

Naturalmente, a aproximação de um ciclo eleitoral prolongado, com eleições legislativas, em Dezembro de 1995, e presidenciais, em Junho de 1996, acentuou o coro da oposição ao alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que se tornou quase unânime entre as múltiplas correntes políticas internas e todos os candidatos à presidência federal.

As tomadas de posição sucedem-se, evocando as consequências dramáticas do alargamento do sistema de segurança colectiva ocidental. Desde logo, isso significaria a discriminação e o isolamento da Rússia — uma «violação da Rússia», na expressão de Vladimir Lukin, presidente da Comissão de Relações Externas da Duma estatal¹¹⁶ —, com uma redivisão da Europa, assente, desta vez, numa fronteira étnica, no lugar de uma linha de demarcação ideológica. A resposta russa seria aprofundar essa divisão e dissociar-se dos regimes de segurança bilaterais e multilaterais, incluindo o acordo START 2 e o tratado sobre as forças convencionais na Europa. Paralelamente, a remilitarização da sua política internacional tornar-se-ia inevitável, incluindo o regresso a formas de intervenção armada em territórios contíguos¹¹⁷ ou a transformação das «áreas cinzentas» — a Ucrânia e as repúblicas bálticas — em zonas de rivalidade estratégica¹¹⁸. Mais, o alargamento constituiria uma traição à Rússia depois de Moscovo ter retirado «mil e quinhentos quilómetros», confiante nas garantias ocidentais. Nesse contexto, Mikhail Gorbatchev evocou um compromisso alemão e ocidental quanto aos limites de expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que não excederiam as fronteiras da Alemanha unificada¹¹⁹.

O catálogo elaborado pelos dirigentes políticos ou pelos comentadores russos sobre as consequências negativas para as relações entre a Rússia e o Ocidente, para a estabilidade regional ou para a democratização russa é impressionante¹²⁰, mas parece um pouco desproporcionado, se for avaliado em função dos factores estratégicos e políticos.

¹¹⁶ Cit. por Fred Hiatt (1994).

¹¹⁷ Vladimir Lukin (1995), «O que está a ser construído na Europa: uma casa nova ou uma prisão antiga», in *Izvestia*, 12 de Maio.

¹¹⁸ Conselho de Política Externa e de Defesa (1995), tese 1.3.6.

¹¹⁹ No entanto, não haveria qualquer registo escrito de um tal compromisso, o que torna difícil avaliar a situação [Mikhail Gorbatchev (1995), «Le difficile sommet Clinton-Iltsine», in *La Stampa-Le Monde*, 10 de Maio. O Conselho de Política Externa e de Defesa também evoca esse tema, repetindo que a extensão das fronteiras da comunidade de defesa ocidental contradiz um «compromisso implícito» de não alargar a Aliança Atlântica depois de a União Soviética ter dado o seu consentimento à reunificação da Alemanha [cf. Conselho de Política Externa e de Defesa (1995), tese 1.3.4].

¹²⁰ A lista mais completa está inserta no documento do Conselho de Política Externa e de Defesa (tese 1.3.4).

No fundo, a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte limita-se a institucionalizar uma situação de facto, criada pelo recuo soviético e pelo desmantelamento do seu «império externo», que correspondeu a uma revisão dos interesses estratégicos de Moscovo, no sentido de desvalorizar o «cordão sanitário» estabelecido na Europa de Leste depois de 1945. Nesse sentido, a Rússia só teria a perder se considerasse um ganho a emergência de uma cintura de Estados neutrais, instáveis e vulneráveis no centro da Europa, entre a Rússia e a Alemanha¹²¹. Mas esse vazio relativo revelou ser, no passado, um factor de séria perturbação das relações entre as duas maiores potências europeias e, nesse sentido, a integração dos Estados da Europa central nas instituições ocidentais, na medida em que constitui a forma possível de garantir a estabilização dessa faixa intermédia, pode ser considerado um mal menor.

De resto, uma parte dos comentadores russos admite que o alargamento não representa uma ameaça estratégica para a Rússia, mas sublinha que a percepção dominante entre as elites o ressentem como tal e que é nessa perspectiva «política e psicológica» que a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte se torna contrária aos interesses nacionais russos¹²². E, de facto, enquanto durar o período eleitoral não parece possível chegar a nenhum acordo razoável sobre as questões da segurança europeia.

De certo modo, o problema da Rússia no pós-guerra fria é ter perdido os seus inimigos sem ter ganho aliados¹²³. O cálculo de partida da estratégia do «novo pensamento político» terá sido o de subtrair aos seus adversários o inimigo que cimentava uma vasta e heterogénea coligação anti-soviética e anticomunista para poder encontrar aliados entre os parceiros do seu principal rival. Porém, as condições da unificação alemã e a paralisia da normalização das suas relações com o Japão impediram que esse movimento se pudesse completar: com a retirada da Europa central, a Rússia perdeu os seus inimigos, sem conseguir destroçar a aliança ocidental, e o problema das Curilhas continuou a fechar a sua porta oriental.

Com o fim do regime comunista e da União Soviética, numa primeira fase, a política externa russa procurou recuperar a mesma linha de aproximação com as potências ocidentais e o Japão, mais uma vez sem conseguir

¹²¹ Parece ser essa a opinião do Conselho de Política Externa e de Defesa, embora noutras passagens a estabilização dos Estados da Europa central e oriental seja valorizada, bem como a necessidade de a garantir num quadro multilateral, e noutras ainda se procurem negar os riscos de instabilidade nessa zona intermédia (teses 1.3.4, 2.3.6 e 2.3.4).

¹²² *Ibid.*, tese 1.3.3; cf. também Sergei Karaganov, cit. por Steven Erlanger (1995), «Mistrust shadows summit in Moscow», in *International Herald Tribune*, 4 de Maio.

¹²³ Oleg Bogomolov (1994), p. 25.

ir muito mais longe. Por um lado, a necessidade de assentar o regime pós-comunista num princípio de legitimidade nacional impediu a diplomacia russa de fazer concessões territoriais ao Japão e, por outro lado, o caos da transição interna limitou a credibilidade da Rússia como candidato à integração nas instituições ocidentais. Paralelamente, a necessidade imperativa de conter os piores riscos das dinâmicas de desintegração pós-imperial forçou a passagem a uma segunda fase na política externa, centrada nos problemas do «estrangeiro próximo», marcada pela ressurgência de tendências neo-imperialistas e por uma estratégia de reintegração das antigas repúblicas soviéticas num quadro de hegemonia russa¹²⁴: como era previsível, essa evolução despertou sentimentos de insegurança das democracias pós-comunistas da Europa central e distanciou a Rússia dos seus «aliados naturais» ocidentais.

Por fim, o maior pragmatismo da terceira fase não correspondeu a um regresso à linha ocidentalista na política externa, nem à estabilização de um modelo estatal pós-imperial nas relações com as antigas repúblicas soviéticas, nem à institucionalização de um regime de democracia pluralista na política interna. A linha realista e nacionalista dominante na política externa anda de par com uma oscilação entre a restauração da hegemonia regional russa e a evolução para uma comunidade descentralizada, assente na soberania dos membros da Comunidade de Estados Independentes. E, não obstante os passos positivos para a construção de um Estado de direito e a regularidade das eleições, a semidemocracia russa ainda não terminou a sua transição.

Dez anos depois do início da transição pós-totalitária, e cinco anos depois da sua restauração pós-soviética, a Rússia continua sem inimigos nem aliados entre as grandes potências: a indefinição do Estado e a instabilidade do regime impedem a sua integração numa coligação ocidental, embora não constituam um obstáculo para a concertação estratégica nem para a sua inserção num regime de equilíbrios estável.

Nesse contexto, a melhor hipótese para os seus interesses ainda continua a ser a continuação de um estado de transição na política internacional, que dá tempo à Rússia para se empenhar, entre outras, na lenta consolidação das suas relações bilaterais — a «reintegração horizontal» — e multilaterais — a «reintegração vertical» — com as antigas repúblicas soviéticas. A evolução da

¹²⁴ Andrei Zagorsky (1994a), «Reintegration in the former USSR?» in *Aussenpolitik*, 3, pp. 263-272; Andrei Zagorsky (1994b), «Russia, the CIS and the West», in *International Affairs*, Moscovo, 12, pp. 65-72; Conselho de Política Externa e de Defesa (1994), «Estratégia para a Rússia (2)», in *Nezavissimaia Gazeta*, 27 de Maio; Bruce Porter e Carol Saivetz (1994), «The once and future empire: Russia and the 'near abroad'», in *Washington Quarterly*, 17, 3, pp. 75-90; Sherman Garnett (1995), «The integrationist temptation», in *Washington Quarterly*, 18, 2, pp. 35-44. Para uma posição oficial, cf. Anatoly Adamishin (1993a), «The Russian Federation, its constituent parts and international relations», in *International Affairs*, Moscovo, 4, pp. 22-25.

Bielorrússia¹²⁵, bem como os últimos acordos com a Ucrânia¹²⁶, são sinais positivos nesse sentido, que antecipam tanto uma maior estabilidade no perímetro do antigo «império interno» como a recuperação de uma esfera de influência cuja organização política multilateral poderia incluir a formação de um sistema de defesa colectiva no quadro da Comunidade de Estados Independentes¹²⁷.

Paralelamente, a política externa russa pode empenhar-se na definição de um quadro de «segurança cooperativa» com os seus parceiros ocidentais, que implica o reconhecimento do seu estatuto de grande potência regional, incluindo a posição predominante da Rússia na Comunidade de Estados Independentes, e um processo de concertação estratégica multidimensional, onde têm lugar tanto o desenvolvimento das estruturas da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa como a resolução comum de conflitos regionais, ou ainda as relações económicas bilaterais e multilaterais¹²⁸. Os termos do programa individual e do documento de «cooperação aprofundada» assinados pela Rússia, em 31 de Maio¹²⁹, no quadro da parceria para a paz, apontam nesse sentido, bem como as tentativas para estabelecer os princípios de um

¹²⁵ Depois do *referendum* de 14 de Maio de 1995, sobre as relações com a Rússia, o caminho para a reintegração da Bielorrússia parece desimpedido. No termo da consulta, o presidente Lukashenko fez uma declaração excluindo a integração da Bielorrússia na Organização do Tratado do Atlântico Norte e na cimeira de Minsk da Comunidade de Estados Independentes, em 26 de Maio, a Bielorrússia juntou-se à Rússia, ao Cazaquistão, ao Tajiquistão e à Geórgia para assinar um acordo sobre a defesa comum das suas fronteiras [Rodrigo Fernandez (1995), «Bielorussia vota en referéndum una mayor integración con Moscú», in *El País*, 15 de Maio; Jean-Baptiste Naudet (1995), «Les pays de la CEI restent divisés sur les propositions russes d'intégration militaire», in *Le Monde*, 28-29 de Maio; cf. também Kathleen Mihalisko (1993), «Belarus' neutrality gives way to collective security», in *RFE-RL Research Report*, 2, 17, 23 de Abril].

¹²⁶ Sobre os acordos de 9 de Junho de 1995 sobre a partilha da esquadra do mar Negro e as instalações do porto de Sebastopol, assinados pelos presidentes russo e ucraniano, cf. Steven Erlanger (1995), «Russia and Ukraine resolve bitter feud», in *International Herald Tribune*, 10-11 de Junho; Sophie Shihab (1995), «La Russie et l'Ukraine mettent un terme à leur querelle sur la flotte de la mer Noire», in *Le Monde*, 11-12 de Junho. Sobre a evolução da Ucrânia, no último ano, desde a eleição do presidente Kuchma, cf. Dominique Arel e Andrew Wilson (1994), «Ukraine under Kuchma: back to 'Eurasia'?», in *RFE-RL Research Report* 3, 32, pp. 1-12; Elizabeth Pond (1994), «An end, maybe, to sleepwalking in Ukraine», in *Washington Quarterly*, 18, 1, pp. 73-81; Eugene B. Rumer (1994), «Will Ukraine return to Russia?», *Foreign Policy*, 96, pp. 129-144.

¹²⁷ Sergei Rogov (1994), pp. 70-71.

¹²⁸ Andrei Zagorsky (1994a), pp. 71-72.

¹²⁹ Durante a cimeira entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Rússia em Noordwijk, no dia 31 de Maio de 1995, Andrei Kozyrev assinou o programa individual da Rússia no quadro da parceria para a paz, bem como um documento sobre «cooperação aprofundada» [Michael Dobbs (1995), «West and Russia meet to set out security terms», in *International Herald Tribune*, 1 de Junho; cf. também Andrei Kozyrev (1995a), Intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia no encontro com o Conselho da OTAN em Noordwijk, 31 de Maio; Andrei Kozyrev (1995b), Intervenção do ministro dos Negócios Estran-

modelo de segurança pan-europeu — a indivisibilidade, a universalidade e a complementaridade — que articule as instituições multilaterais existentes, dispensando, se possível, ou, caso contrário, adiando o alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Por sua vez, um cenário de alargamento do sistema de defesa colectiva ocidental, mesmo num quadro de concertação com a Rússia, não deixaria de provocar, por um lado, uma aceleração dos processos de reintegração das antigas repúblicas soviéticas, incluindo a Ucrânia — cuja resposta a uma tal situação continua a ser imprevisível, embora a probabilidade de um confronto violento com a Rússia pareça remota¹³⁰ —, e, por outro lado, perante a demarcação de esferas de influência, uma possível reorientação orientalista da política externa russa ou a procura de aliados estratégicos para sul e, principalmente, para leste¹³¹.

Essa variante começaria por ser sustentada pela própria consolidação da Comunidade de Estados Independentes como uma união euro-asiática, proposta pelo Cazaquistão¹³², e resultaria da constatação dos limites da abertura e do interesse das potências ocidentais em relação à Rússia e à sua esfera de influência, eloquentemente expressos pela estratégia de alargamento da comunidade transatlântica. Nesse contexto, a China, a Índia e o Japão — em relação ao qual a Rússia continua a ter um instrumento de troca importante na questão das Curilhas — passariam a ocupar uma posição prioritária nas relações externas russas.

A última hipótese — um cenário de alargamento sem um acordo paralelo com a Rússia — teria, provavelmente, os mesmos efeitos imediatos do cenário anterior, com três variantes complicadas: os riscos de um conflito à volta da posição da Ucrânia aumentariam, na ausência de uma concertação prévia sobre o seu estatuto, a estratégia de hegemonia russa prevaleceria nos processos de reintegração das restantes antigas repúblicas soviéticas e a continuidade dos regimes de segurança bilaterais e multilaterais existentes podia ser posta em causa. E, sobretudo, teria uma consequência permanente de resultados imprevisíveis, pois a exclusão da Rússia e o seu isolamento implicariam o regresso ao estatuto de potência revisionista e tornariam difícil a estabilização de um regime de equilíbrios europeu e internacional.

Nesse caso, nem a Rússia nem as potências ocidentais teriam sido capazes de evitar a repetição do cenário de 1917, quando as oportunidades de uma

geiros da Federação da Rússia na sessão do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte em Noordwijk, 31 de Maio].

¹³⁰ Andrei Zagorsky (1994a), p. 271.

¹³¹ Conselho de Política Externa e de Defesa (1995), tese 1.3.4.

¹³² O presidente do Cazaquistão apresentou essa proposta em 29 de Março de 1994, em Moscovo, na assinatura dos acordos bilaterais sobre o arrendamento da estação de Baikonour [cf. Nursultan Nazarbaev (1994), «Sobre a formação de uma união de Estados euro-asiáticos», in *Nevazissimaia Gazeta*, 8 de Junho].

transição para um Estado pós-imperial, para um regime democrático e para uma integração europeia abertas com a revolução de Fevereiro se perderam e transformaram a Rússia num perturbador internacional. Se for possível evitar essa evolução, tanto a Rússia como a coligação ocidental terão ganho com o fim da guerra fria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMISHIN, Anatoly (1993a), «The Russian Federation, its constituent parts and international relations», in *International Affairs*, Moscovo, 4, pp. 22-25.
- ADAMISHIN, Anatoly (1993b), «Si la ONU no quiere pacificar la periferia de Rusia, que dé competencias a otros», in *El Pais*, 23 de Outubro.
- ADOMEIT, Hannes (1990), «Gorbachev and German unification: revision of thinking, realignment of power», in *Problems of Communism*, 39, 4, pp. 1-23.
- ADOMEIT, Hannes (1992), «Russia: partner or risk factor in European security?», in IISS, *European Security after the Cold War*, Adelphi Paper 285, 1994, pp. 15-33.
- ADOMEIT, Hannes (1994a), «Gorbachev, German unification and the collapse of empire», *Post-Soviet Affairs*, Berkeley, 10, 3, pp. 197-230.
- ADOMEIT, Hannes (1994b), «The Atlantic Alliance in Soviet and Russian perspective», in Neil Malcolm, (ed.), pp. 31-54.
- ADOMEIT, Hannes (1995), «Russia as a 'great power' in world affairs: images and reality», in *International Affairs*, 71, 1, pp. 35-68.
- AKINER, Shirin (1993), *Central Asia: New Arc of Crisis?*, Londres, Royal United Services Institute.
- ALEXANDROVA, Olga (1993), «Divergent Russian foreign policy concepts», in *Aussenpolitik*, 4, pp. 363-372.
- ALEXANDROVA, Olga (1994), «Le facteur russe dans la politique de sécurité ukrainienne», in *Politique étrangère*, 1, 1994, pp. 49-59.
- ALEXEYEV, Alexander (1993), «Security from the Atlantic to the Urals and beyond», in *International Affairs*, Moscovo, 2, pp. 54-62.
- ALLISON, Graham, e Gregory Treverton (eds.) (1992), *Rethinking America's security: Beyond Cold War to New World Order*, Nova Iorque, W. W. Norton.
- ALLISON, Roy (1994), «Le maintien de la paix dans les Etats sucesseurs de l'Union soviétique», in *Cahiers de Chaillot*, 18.
- AMBARTSUMOV, Yevgeny (1992), «Principles uppermost for Russia and Japan», in *Moscow News*, 38.
- ANDERSON, Jeffery, e John B. Goodman (1993), «Mars or Minerva? A united Germany in post-cold war Europe», in Robert Keohane, Joseph Nye e Stanley Hoffmann (eds.), pp. 23-62.
- APPEL, Maureen, e Harald von Riekhoff, (eds.), 1994), *Russia among Nations*, Otava, Carleton University Press.
- ARBATOV, Alexei (1994), «Russian foreign policy priorities in the 1990's», in Teresa Pelton Johnson e Steve Miller (eds.), pp. 1-41.
- ARBATOV, Alexei, e Steven Miller (eds.), (1995), *Taming Armageddon? Revising the US-Russian Nuclear Relationship*, Cambridge, Ma., The MIT Press, CSIA Studies in International Security, 8.
- ARBATOV, Georgi (1994), «A new cold war?», in *Foreign Policy*, 95, pp. 90-103.
- AREL, Dominique, e Andrew Wilson (1994), «Ukraine under Kuchma. Back to 'Eurasia'?», in *RFE-RL Research Report*, 3, 32, pp. 1-12.

- ARON, Leon, e Kenneth Jensen (eds.) (1994), *The Emergence of Russian Foreign Policy*, Washington, D. C., The United States Institute of Peace.
- ASMUS, Ronald (1993a), «An outward-looking new NATO or no NATO at all», in *International Herald Tribune*, 13 de Abril.
- ASMUS, Ronald, Richard Kugler, e F. Stephen Larrabee (1993b), «Building a new NATO», in *Foreign Affairs*, 72, 4, pp. 28-40.
- AVES, J. J. (1993), *Post-Soviet Transcaucasia*, Londres, RIIA.
- BAKER, James (1991), «Euro-atlantic architecture: from West to East» (Aspen Institute, Berlim, 18 de Junho de 1991), in *US Department of State Dispatch*, 21 de Junho.
- BARANOVSKY, Vladimir (1995), «La Russie et la sécurité européenne», in *Politique étrangère*, 1, pp. 33-55.
- BARRY, Charles (ed.) (1993), *The Search for Peace in Europe*, Washington, D. C., Institute for National Strategic Studies.
- BELL, Coral (1991), «Why Russia should join NATO», in *The National Interest*, 22, pp. 37-47.
- BELL, Coral (1993), «Future hypothesis: a concert of powers?», in Richard Leaver e James Richardson, (eds.), pp. 110-120.
- BELOFF, Max (1991), «Fault lines and steeples. The divided loyalties of Europe», in *The National Interest*, 23, pp. 76-82.
- BENNINGSSEN BROXUP, Marie (1994), «The 'internal' Muslim factor in the politics of Russia: Tartarstan and the North Caucasus», in Mohiaddin Mesbahi (ed.), pp. 75-98.
- BENNINGSSEN BROXUP, Marie (1995), «Tchéchénie: une guerre coloniale», in *Politique internationale*, 67, pp. 107-120.
- BERTON-HOGGE, Robert, e Marie-Agnés Crosnier, (eds.) (1993), *URSS: les États du divorce*, Paris, La Documentation Française, NED 2982.
- BIALER, Seweryn, (ed.) (1981), *The Domestic Context of Soviet Foreign Policy*, Boulder, Co., Westview Press.
- BIALER, Seweryn, e Michael Mandelbaum (eds.) (1987), *Gorbachev's Russia and American Foreign Policy*, Boulder, Co., Westview Press.
- BLACK, Cyril (1962), «The pattern of Russian objectives», in Ivo Lederer (ed.), pp. 3-38.
- BLACKER, Coit (1991), «The collapse of Soviet power in Europe», in *Foreign Affairs*, 70, 1, pp. 88-102.
- BLACKWIL, Robert (1994a), «La Russie et l'Occident», in *Politique Étrangère*, 2, 1994, pp. 393-405.
- BLACKWIL, Robert (1994b), «German unification and American diplomacy», in *Aussenpolitik*, 3, pp. 211-225.
- BLAGOVOLIN, Sergei (1991), «Sécurité et instabilités dans l'Europe de demain: vers de nouvelles structures internationales», in *Politique Étrangère*, 1, pp. 127-136.
- BLANK, Stephen (1993), *Russia and the Baltic. Is there a Threat to European Security?*, Carlisle Barracks, Penn., Strategic Studies Institute, Army War College.
- BLUTH, Christoph (1992), *The Commonwealth of Independent States and International Security*, Ms., 37 páginas.
- BODIE, William (1993), «The threat to America from the former USSR», in *Orbis*, 37, 4, pp. 509-525.
- BOGOMOLOV, Oleg (1994), «Russia and Eastern Europe», in *International Affairs*, Moscovo, 8, pp. 22-34.
- BONNART, Frederick (1994), «Is there really room for the Russians?», in *International Herald Tribune*, 8 de Junho.
- BORAWSKI, John (1995), «Partnership for peace and beyond», in *International Affairs*, 71, 2, pp. 233-246.

- BREMMER, Ian, e Ray Taras (eds.) (1993), *Nations and Politics in Soviet Successor States*, Cambridge, Ma., Cambridge University Press.
- BROWN, Archie (1992), *New Thinking in Soviet politics*, Londres, Macmillan.
- BROWN, J. F. (1991), *Surge to Freedom. The End of Communist Rule in Eastern Europe*, Durham, NC, Duke University Press.
- BRUSSTAR, James (1994), «Russian vital interests and Western security», in *Orbis*, 38, 4, pp. 607-619.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (1989), *The Grand failure: the Birth and Death of Communism in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Scribner's.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (1993a), *Out of Control. Global Turmoil on the Eve of the Twenty-First Century*, Nova Iorque, Scribner's.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (1994), «The premature partnership», in *Foreign Affairs*, 73, 2, pp. 67-82.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (1995), «A plan for Europe», in *Foreign Affairs*, 74, 1, pp. 26-42.
- BUZAN, Barry (1991), «New patterns of global security in the twenty-first century», in *International Affairs*, 67, 3, pp. 431-451.
- CARRÈRE D'ENCAUSSE, Hélène (1990), *La gloire des nations ou la fin de l'empire soviétique*, Paris, Fayard.
- CHECKEL, Jeff (1993), «Ideas, institutions and the Gorbachev foreign policy revolution», in *World Politics*, 45 (2), pp. 271-300.
- CHERNYAEV, Anatoly (1993), *Shest' let s Gorbachevym: podnevnikovym zapisyam*, Moscovo, Progresso.
- CHERNOV, Vladislav (1993), «O interesse nacional da Rússia e as ameaças à sua segurança», in *Nezavisimaya Gazeta*, 29 de Abril.
- CLARK, Suzan (1993), «Russia in a peacekeeping role», in Leon Aron e Kenneth Jensen (eds.), pp. 119-147.
- CLARK, Susan, e David Graham (1995), «The Russian federation fight for survival», in *Orbis*, 39, 3, pp. 329-352.
- COLTON, Timothy, e Robert Legvold, (eds.) (1992), *After the Soviet Union. From Empire to Nations*, Nova Iorque, W. W. Norton.
- CONSELHO DE POLÍTICA EXTERNA E DE DEFESA (CPED) (1992), «Estratégia para a Rússia. Teses do Conselho de Política Externa e de Defesa», in *Nezavisimaya Gazeta*, 19 de Agosto.
- CONSELHO DE POLÍTICA EXTERNA E DE DEFESA (CPED) (1994), «Estratégia para a Rússia (2)», in *Nezavisimaya Gazeta*, 27 de Maio de 1994.
- CONSELHO DE POLÍTICA EXTERNA E DE DEFESA (CPED) (1995), *Russia and NATO*, Ms., 25 de Maio.
- CROW, Suzanne (1992), «The theory and practice of peace-keeping in the former USSR», in *RFE-RL Research Report*, 1, 37, 18 de Setembro.
- CROW, Susan (1993a), *The Making of Foreign Policy in Russia under Yeltsin*, RFE-RL Research Institute.
- CROW, Susan (1993b), Russia asserts its strategic agenda», in *RFE-RL Research Report*, 17 de Dezembro, pp. 1-8.
- CRUMMEY ROBERT, (ed.) (1989), *Reform in Russia and the USSR. Past and Prospects*, Chicago, University of Illinois Press.
- DALLIN, Alexander (1992), «Causes of the collapse of the USSR», *Post-Soviet Affairs*, 8.
- DAWISHA, Karen (1990), *Eastern Europe, Gorbachev and Reform. The Great Challenge*, Cambridge, Ma., Cambridge University Press.
- DAWISHA, Karen, e Bruce Parrott (1994), *Russia and the New States of Eurasia*, Cambridge, Ma., Cambridge University Press.

- DRIFTE, Reinhardt (1993), «Chaos in Russia and the territorial dispute with Japan», in *Pacific Review*, 6, 3, pp. 277-284.
- DUBININ, Yuri (1994), «Sobre algunos aspectos de la estabilidad estratégica», in *Politica Exterior*, 40, pp. 31-44.
- DUNLOP, John (1994), *The Rise of Russia and the Fall of the Soviet Empire*, Princeton, Princeton University Press.
- EICKELMAN, Dale (ed.) (1993), *Russia's Muslim Frontiers*, Bloomington, Indiana University Press.
- EVERA, Stephen van (1991), «Primed for peace: Europe after the cold war», in *International Security*, 15, 3, pp. 7-57.
- FELGENGAUER, Pavel (1992), «Devemos entrar na guerra do Cáucaso?», in *Nezavissimaia Gazeta*, 7 de Novembro.
- FILITOV, Alexei (1993), «Victory in the postwar era: despite the cold war or because of it», in Michael Hogan (ed.), pp. 77-86.
- FITZGERALD, Mary (1993), «Chief of Russia's general staff speaks out on Moscow's new military doctrine», in *Orbis*, 37, 2, pp. 281-288.
- FITZPATRICK, John (1993), «The Soviet break-up and the new Eurasian geopolitics», in Richard Leaver e James Richardson (eds.), pp. 51-68.
- FLANAGAN, Stephen (1992), «NATO and central and eastern Europe: from liaison to security partnership», in *Washington Quarterly*, 15, 2, pp. 141-151.
- FRITSCH-BOURNAZEL, Renata (1977), *L'URSS et les Deux Allemagnes* Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- FRITSCH-BOURNAZEL, Renata (1992), *Europe and German Unification*. Nova Iorque, Berg, 1992.
- FRITSCH-BOURNAZEL, Renata (1994) «Moscou-Bonn: l'heure des comptes», in *Politique internationale*, 63, pp. 153-166.
- FRITSCH, Klaus (1995), «Russia refocuses on China», in *Aussenpolitik*, 46, 4, pp. 376-383.
- FROST, Howard (1993), «Eastern Europe's search for security», in *Orbis*, 137, 1, pp. 37-53.
- FULOP, Mihaly (1994), «La politique étrangère hongroise dans le contexte de l'Europe centrale», in *Politique Etrangère*, 1, pp. 115-128.
- GAIDAR, Yegor (1995), «Russia can't enter the future by turning to the past», in *International Herald Tribune*, 10 de Janeiro.
- GARNETT, Sherman (1995), «The integrationist temptation», in *Washington Quarterly*, 18, 2, pp. 35-44.
- GARTHOFF, Raymond (1993), *The Great Transition, American-Soviet Relations and the End of the Cold War*, Washington, D. C., Brookings Institution.
- GARTON ASH, Timothy (1990a), «The new continental drift», in *The Independent*, 1 de Março.
- GARTON ASH, Timothy (1990b), «Gorbachev's gamble», in *The Independent*, 8 de Novembro.
- GARTON ASH, Timothy (1993), *In Europe's Name. Germany and the Divided Continent*, Nova Iorque, Random House.
- GARTON ASH, Timothy (1994), «Germany's choice», in *Foreign Affairs*, 73, 4, pp. 65-81.
- GATI, Charles (1990), *The Bloc That Failed. Soviet-East European Relations in Transition*, Bloomington, Ind., Indiana University Press.
- GEDMIN, Jeffrey (1992), *The Hidden Hand: Gorbachev and the Collapse of East Germany*, Washington, D.C., American Enterprise Institute.
- GINSBURGS, George, Alvin Rubinstein, e Oleg Smolansky, (eds.), (1993), *Russia and America: from Rivalry to Reconciliation*, Armonk, Nova Iorque, M. E. Sharpe.
- GIRNIUS, Saulius (1993), «Lithuania's foreign policy», in *RFL-RE Report*, II, 35, 3 de Setembro.
- GITELMAN, Zvi, (ed.) (1992), *The Politics of Nationality and the Erosion of the Soviet Union*, Londres, Macmillan.
- 754 GOBLE, Paul (1992), «Forget the Soviet Union», in *Foreign Policy*, 86, pp. 56-65.

- GORTEMAKER, Manfred (1994), *Unifying Germany, 1989-1990*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- GORBATCHEV, Mikhail (1987), *Perestroika. New Thinking for Our Country and the World*, Nova Iorque, Harper and Row.
- GORBATCHEV, Mikhail (1995), «Le difficile sommet Clinton-Eltsin», in *Le Monde*, 10 de Maio.
- GORDON, Peter (1995), *France, Germany and the Western Alliance*, Boulder, Co., Westview Press.
- GRACHEV, Pavel (1994), «Russie: le partenaire incontournable», in *Politique internationale*, 64, pp. 57-63.
- GREEN, J. (1993), «The peacekeeping doctrines of the CIS», in *Jane's Intelligence Review*, 5, 4.
- GREENFELD, Meg (1992), *Nationalism. Five Roads to Modernity*, Cambridge, Ma., Harvard University Press.
- HALBACH, Uwe, e Heinrich Tiller (1994), «Russia and its southern flank», in *Aussenpolitik*, 45, 2, pp. 156-165.
- HAM, Peter van (1994), «L'Ukraine, la Russie et la sécurité européenne: incidences sur la politique occidentale», in *Cahiers de Chaillot*, 13.
- HAM, Peter van (ed.) (1995), «Les Etats baltes: sécurité et défense après l'indépendance», in *Cahiers de Chaillot*, 19.
- HASEGAWA, Tsuyoshi, e Alex Pravda (eds.) (1990), *Perestroika: Soviet Domestic and Foreign Policies*, Londres, Sage.
- HASEGAWA, Tsuyoshi (1992), «Rocks and roles», in *Far Eastern Economic Review*, 10 de Setembro.
- HASLAM, Jonathan (1989), *The Soviet Union and the Politics of Nuclear Weapons in Europe (1969-1987). The Problem of the SS-20's*, Londres, Macmillan.
- HASSNER, Pierre (1990b), «Europe beyond partition and unity: disintegration or reconstruction?», in *International Affairs*, 66, pp. 461-475.
- HASSNER, Pierre (1990), *La violence et la paix*, Paris, Esprit.
- HAUSMANN, Guido, e Andreas Kappler (eds.) (1993), *Ukraine: Gegenwart und Gesichte eines neuen Staat*, Baden-Baden, Nomos.
- HAVEL, Vaclav (1991), «NATO and the new democracies», in *The Federator*, 8, 1-3, pp. 2-5.
- HAVEL, Vaclav (1993), «We really are part of the NATO family», in *International Herald Tribune*, 20 de Outubro.
- HERF, Jeffrey (1991), *War by Other Means: Soviet power, German Resistance and the Battle of the Euromissiles*, Nova Iorque, The Free Press.
- HOGAN, Michael, (ed.) (1993), *The End of the Cold War*, Victoria, Cambridge University Press.
- HOLBORN, Hajo (1962), «Russia and European political system», in Ivo Lederer (ed.), *Russian Foreign Policy*, pp. 377-416.
- HOLBROOKE, Richard (1995a), «America, a European power», in *Foreign Affairs*, 74, 2, pp. 38-51.
- HOLBROOKE, Richard (1995b), «Sensible expansion of NATO will protect both Europe and America», in *International Herald Tribune*, 15 de Maio.
- HOPPE, Hans-Joachim (1994), «The situation in central and southeast European countries», in *Aussenpolitik*, 45 2, pp. 134-145.
- HOUGH, Jerry (1988), *Russia and the West. Gorbachev and the Politics of Reform*, Nova Iorque, Simon and Schuster.
- HOWARD, Michael (1990), «The remaking of Europe», in *Survival*, 32, pp. 99-106.
- HUMAN, Anthony (1994), «Central Asia and the Middle East: emerging links», in Mohiaddin Mesbahi (eds.), pp. 248-267.
- INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES (1994), *European Security After the Cold War*, Adelphi Paper, 285.

- IKLÉ, Fred (1992), «Comrades in arms. The case for a Russian-American defence community», in *The National Interest*, 26, pp. 22-32.
- IKLÉ, Fred, e Sergei Karaganov (eds.) (1993), *Harmonizing the Evolution of US and Russian Defence Policies*, Washington, D. C., CSIS-Council on Foreign and Defence Policy, Moscovo.
- IKLÉ, Fred (1995), «Why expanding NATO eastward is a deplorable idea», in *International Herald Tribune*, 12 de Janeiro.
- JERVIS, Robert, e Seweryn Bialer(eds.) (1991), *Soviet-American Relations after the Cold War*, Durham, Duke University Press.
- JOFFE, Josef (1989), «The revisionists. Moscow, Bonn, and the European balance», in *The National Interest*, 17, pp. 41-54.
- JOFFE, Josef (1993), «The new Europe: yesterday's ghosts», in *Foreign Affairs*, 72, 1, pp. 29-43.
- JOFFE, Josef (1994), «Weimar Russia: resist its blackmail-by-weakness», in *The International Herald Tribune*, 2 de Junho.
- JOHNSON, Teresa Pelton, e Steven Miller, (eds.) (1994), *Russian Security after the Cold War: Seven Views from Moscow*, Washington, D. C., Brassey's.
- JOPP, Mathias, (ed.) (1994), «Les relations étrangères de l'Europe occidentale: implications de la crise jugoslave», in *Cahier de Chaillot*, 17.
- KAISER, Karl (1991), «Germany's unification», in *Foreign Affairs*, 70, 1, pp. 179-205.
- KANET, Roger, et al. (eds.) (1992), *Soviet Foreign Policy in Transition*, Cambridge, Ma., Cambridge University Press.
- KARAGANOV, Sergei (1990), «The year of Europe: a Soviet view», in *Survival*, 32, pp. 121-128.
- KARAGANOV, Sergei (1992), *Russia: the New Foreign Policy and Security Agenda. A View from Moscow*, Londres, London Defence Studies, 12, Center for Defence Studies, King's College.
- KARAGANOV, Sergei (1993), *Russia and the Other Independent Republics in Asia*, IISS, Adelphi Paper, 272.
- KAZANTSEV, Boris (1994), «First steps towards Russia's partnership with NATO», *International Affairs*, Moscovo, 12, pp. 17-23.
- KEGLEY Jr., Charles, e Gregory Raymond (1994), *A Multipolar Peace. Great Power Politics in the Twenty First Century*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- KENNAN, George (1960), *Russia and the West under Lenin and Stalin*, Boston, Ma., Little, Brown and Company.
- KENNAN, George (1991), «Communism in Russian history», in *Foreign Affairs*, 5, pp. 168-186.
- KEOHANE, Robert, Joseph Nye e Stanley Hoffmann, (eds.) (1993), *After the Cold War. International Institutions and State Strategies in Europe 1989-1991*, Cambridge, Ma., Harvard University Press.
- KIONKA, Riina Ruth (1994), «La politique étrangère des Etats baltes», in *Politique Etrangère*, 1, pp. 87-98.
- KISSINGER, Henry (1992b), «Charter of confusion: the limits of US-Russia cooperation», in *International Herald Tribune*, 6 de Julho.
- KISSINGER, Henry (1994a), «Russian and American interests after the cold war», in Stephen Sestanovich (ed.), pp. 1-9.
- KISSINGER, Henry (1994b), «Expand NATO now», in *Washington Post*, 19 de Dezembro.
- KISSINGER, Henry (1995), «Reassure America's allies, not unreliable Russia», in *International Herald Tribune*, 15 de Maio.
- KOZIN, Vladimir (1993), «New dimensions of NATO», in *International Affairs*, Moscovo, 3, pp. 53-61.

- KOZYREV, Andrei (1990), «Russia, in its own words: heart of a remade nation», in *International Herald Tribune*, 24-25 de Novembro.
- KOZYREV, Andrei (1992a), «Russia: a chance for survival», in *Foreign Affairs*, 71, 2, pp. 1-8.
- KOZYREV, Andrei (1992b), «A guerra e o MID», in *Komsomolskaia Pravda*, 9 de Junho.
- KOZYREV, Andrei (1992c), «Principles uppermost for Russia and Japan», in *Moscow News*, 38.
- KOZYREV, Andrei (1992d), «Partnership with the West», in *Moscow News*, 43.
- KOZYREV, Andrei, *et al.* (1993a), «Russia's foreign policy concept», in *International Affairs*, Moscovo, 1, pp. 14-16.
- KOZYREV, Andrei, *et al.* (1993b), «What foreign policy Russia should pursue», in *International Affairs*, Moscovo, 2, pp. 3-21.
- KOZYREV, Andrei, *et al.* (1993c), «Concept of foreign policy of the Russian federation», in *FBIS Report*, CEur, 25 de Março.
- KOZYREV, Andrei (1993d), «O que se pode fazer com a NATO?», *Público*, 5 de Outubro.
- KOZYREV, Andrei (1994a), «No sensible choice but a true US-Russia partnership», in *International Herald Tribune*, 19-20 de Março.
- KOZYREV, Andrei (1994b), «The lagging partnership», in *Foreign Affairs*, 73, 3, pp. 59-71.
- KOZYREV, Andrei (1994b), «A strategy for partnership», in *International Affairs*, Moscovo, 8, pp. 3-113.
- KOZYREV, Andrei, *et al.* (1994c), «La Russie et l'OTAN: un partenariat pour une Europe unie et pacifique», in *Revue de l'OTAN*, 4, pp. 3-6.
- KOZYREV, Andrei, *et al.* (1994d), «Russian interests in the CIS», in *International Affairs*, Moscovo, 11, pp. 11-30.
- KOZYREV, Andrei (1995a), «Intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia no encontro com o Conselho da OTAN em Noordwijk, 31 de Maio».
- KOZYREV, Andrei (1995b), «Intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia na sessão do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte em Noordwijk, 31 de Maio».
- KOZYREV, Andrei (1995c), «OSCE: l'avenir du vieux continent», in *Politique Internationale*, 68, pp. 93-100.
- KULL, S. (1992), *Burying Lenin. The Revolution in Soviet Ideology and Foreign Policy*. Boulder, Co., Westview Press.
- KUPCHAN, Charles, e Clifford Kupchan (1991), «Concerts, collective security and the future of Europe», in *International Security*, 16, pp. 114-161.
- KUPCHAN, Charles (1994), «Expanding NATO eastward would be a grave error», in *International Herald Tribune*, 30 de Novembro.
- KUPCHAN, Charles, (dir.) (1995), *Should NATO Expand?*, Nova Iorque, Council on Foreign Relations.
- KUSIN, Vladimir (1993), *NATO and Central Europe. The Problem of Conjunction*, Ms. 12 de Outubro.
- KUX, S. (1992), *Confederalism and Foreign Policy in the CIS*, Ms., BISA.
- LAKE, Anthony (1993), «The logic of a US strategy of enlargement», in *International Herald Tribune*, 24 de Setembro.
- LAIRD, Robbin, e Erik Hoffmann, (eds.) (1987), *Soviet Foreign Policy in a Changing World*, Nova Iorque, Aldine.
- LAIRD, Robbin, e Erik Hoffmann (eds.) (1991), *Contemporary Issues in Soviet Foreign Policy*, Nova Iorque, Aldine.
- LAPIDUS, Gail, Viktor Zaslavsky, e Philip Goldman (1992), *From Union to Commonwealth: Nationalism and Separatism in the Soviet Republics*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

- LAMENTOWICZ, Wojtek (1991), «Evolution des structures politiques de l'Europe: un point de vue polonais», in *Politique Etrangère*, 1, pp. 137-148.
- LAQUEUR (1993), «Russian nationalism», in *Foreign Affairs*, 6, pp. 103-116.
- LEAVER, Richard, James Richardson, (eds.) (1993), *Charting the Post-Cold War Order*, Boulder, Co., Westview.
- LEDERER, Ivo, (ed.) (1962), *Russian Foreign Policy*. New Haven, Yale University Press.
- LEGVOLD, Robert (1987), *The New Political Thinking and Gorbachev's Foreign Policy*, Tóquio, Research Institute for Peace and Security, Occasional Paper 3.
- LEGVOLD, Robert (1991), «Soviet policy in East Asia», in *The Washington Quarterly*, 14, 2, pp. 129-142.
- LEGVOLD, Robert (1992), Foreign policy», in Timothy Colton e Robert Legvold (eds.), pp. 177-194.
- LEIGHTON, Marian, e Robert Rudney (1991), «A Soviet-German security partnership», in *Orbis*, 135, 3, 377-393.
- LÉVESQUE, Jacques (1987), *L'URSS et sa politique internationale*, Paris, Colin.
- LIGACHEV, Yegor (1993), *Inside Gorbachev's Kremlin*, Nova Iorque, Pantheon Books.
- LIEVEN, Anatol (1993), *The Baltic revolution. Estonia, Latvia and Lithuania and the Path to Independence*, New Haven, Yale University Press.
- LIGHT, Margot (1988), *The Soviet Theory of International Relations*, Brighton, Wheatsheaf.
- LINDER, Rainer (1995), «Domestic and foreign policy conditions behind structural changes in the Ukraine and Belams», in *Aussenpolitik*, 46, 4, pp. 365-375.
- LISKA, George (1987), *Rethinking US-Soviet Relations*, Nova Iorque, Basil Blackwell.
- LOW, Konrad (ed.) (1991), *Ursachen und Verlauf der deutschen Revolution 1989*, Berlim, Duncker & Humboldt.
- LUCAS, Michael (ed.) (1993), *The CSCE in the 1990's. Constructing European Security and Cooperation*, Baden-Baden, Nomos Verlag.
- LUCAS, Michael (1995), «Russia and peacekeeping in the former USSR», in *Aussenpolitik*, 46, 2, pp. 146-156.
- LUKIN, Vladimir (1992), «Our security predicament», in *Foreign Policy*, 88, pp. 57-75.
- LUKIN, Vladimir (1994), «Russia and its interests», in Stephen Sestanovich (ed.), pp. 106-115.
- LUKIN, Vladimir (1995), «O que está a ser construído na Europa: uma casa nova ou uma prisão antiga», in *Izvestia*, 12 de Maio.
- LYNCH, Allen, e Reneo Lukic (1994), «Russian foreign policy and the wars in the former Jugoslavya», in *RFE-RL Research Report*, 15 de Outubro.
- LYNN-JONES, Sean e Steven Miller (eds.) (1992), *America's Strategy in a Changing World*, Cambridge, Ma., The MIT Press.
- MALCOLM, Neil (1994), «The new Russian foreign policy», in *The World Today*, 50, 2, pp. 28-32.
- MALCOLM, Neil (ed.) (1994), *Russia and Europe: an End to Confrontation?*, Londres, RIIA Pinter.
- MALIA, Martin (1991b), «Yeltsin's revolution», in *New York Review of Books*, 38, 26 de Setembro.
- MALIA, Martin (1992), «From under the rubble, what?», in *Problems of Communism. Towards a Post-Communist World*, xli, pp. 89-106.
- MALIA, Martin (1994a), *The Soviet Tragedy. A History of Socialism in Russia (1917-1991)*, Nova Iorque, The Free Press.
- MALIA, Martin (1994b), «Tradition, ideology and pragmatism in the formation of Russian foreign policy», in Leon Aron e Kenneth Jensen (eds.), pp. 35-49.
- MANDELBAUM, Michael (ed.) (1991), *The Rise of Nations in the Soviet Union*, Nova Iorque, Council on Foreign Relations.

- MANDELBAUM, Michael (1992), «The end of the Soviet Union: coup de grâce», in *Foreign Affairs*, pp. 164-183.
- MANDELBAUM, Michael (1993), «NATO: open up the ranks to the East European democracies», in *International Herald Tribune*, 8 de Setembro.
- MANDELBAUM, Michael (1995a), «Preserving the new peace. The case against NATO expansion», in *Foreign Affairs*, 74, 3, pp. 9-13.
- MANDELBAUM, Michael (ed.) (1995b), *The Strategic Quadrangle: Russia China, Japan and United States in East Asia*, Nova Iorque, Council on Foreign Relations.
- MANDEVILLE, Laure, «Armée russe: menace ou recours», in *Politique internationale*, 67, pp. 47-64.
- MATSEIKO, Youri, e Steven Miller, (eds.) (1995), *Safeguarding Ukraine's Security. Dilemmas and Options*, Cambridge, Ma., The MIT Press, CSIA Studies in International Security, 9.
- MCCGWIRE, Michael (1991), *Perestroika and Soviet National Security*, Washington, D. C., Brookings.
- McMICHAEL, Scott (1992), «Russia's new military doctrine», in *RFE-RL Research Report*, 1, 40.
- MEARSHEIMER, John (1990), «Back to the future: instability in Europe after the cold war», in *International Security*, 15, 1, pp. 5-56.
- MEARSHEIMER, John (1993), «The case for a Ukrainian nuclear deterrent», in *Foreign Affairs*, 72, 3, pp. 50-66.
- MENDRAS, Marie (ed.) (1992a), *Un État pour la Russie*, Bruxelas, Éditions Complexe.
- MENDRAS, Marie, (ed.) (1992b), *Russie: le débat sur l'intérêt national*, Paris: La Documentation Française, PPS, 694.
- MENDRAS, Marie (1993), «Existe-t-il un Etat russe?», in *Politique Étrangère*, 1, pp. 25-34.
- MESBAHI, Mohiaddin (ed.) (1994), *Central Asia and the Caucasus after the Soviet Union*, Miami, Florida University Press.
- MEYER, Stephen (1988), «The sources and prospects of Gorbachev's new political thinking on security», in *International Security*, 13.
- MIGRANIAN, Andranik (1992), «Boas e más orientações de política externa», *Rossiiskaia Gazeta*, 2 de Agosto.
- MIGRANIAN, Andranik (1994a), «Partnership for peace: no, Russia is too big for this exercise», in *International Herald Tribune*, 24 de Junho.
- MIGRANIAN, Andranik (1994b), «Un peligroso callejon sin salida», in *El Pais*, 3 de Dezembro.
- MIHALSKO, Kathleen (1993), «Belarus: neutrality gives way to collective security», in *RFE-RL Research Report*, 2, 17, 23 de Abril.
- MILLER, Robert (1991), *Soviet Foreign Policy Today. Gorbachev and the New Political Thinking*, Sidney, Allen and Unwin.
- MILLER, Steven (1993), «The case against a Ukrainian nuclear deterrent», in *Foreign Affairs*, 72, 3, pp. 67-80.
- MILLER, Steven (1994), «Ukraine, the trilateral agreement, and the future of denuclearization», in IISS, *Strategic Comments*, 23 de Fevereiro, pp. 1-13.
- MORRISON, John (1993), «Pereyslav and after: the Russian-Ukrainian relationship», *International Affairs*, 69, 4, pp. 677-703.
- MOTYL, Alexander (1991), Totalitarian collapse, imperial disintegration and the rise of the Soviet west. Implications for the West», in Michael Mandelbaum, (ed.), pp. 44-63.
- MOTYL, Alexander, (ed.) (1992), *The Post-Soviet Nations*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- MOTYL, Alexander (1993), *Dilemmas of Independence. Ukraine after Totalitarianism*, Nova Iorque, Council on Foreign Relations Press.
- NAHAYLO, B. (1992), *The New Ukraine*. Londres, RIIA.

- NATION, R. Craig (1992), *Black Earth, Red Star. A History of Soviet Security Policy, 1917-1991*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press.
- NEUMANN, Ives (1996), *Russia and the Idea of Europe*, Londres, Routledge.
- NITZE, Paul (1990) «Move now to secure a the new Soviet partnership», in *International Herald Tribune*, 27 de Agosto.
- NURSULTAN, Nazarbaev (1994), «Sobre a formação de uma união de Estados euro-asiáticos», in *Nezavissimaia Gazeta*, 8 de Junho.
- ODOM, William (1992), «Soviet politics and after. Old and new concepts», in *World Politics*, 45 (1), pp. 66-80.
- ODOM, William, e Robert Dujarnic (1995), *Commonwealth or Empire? Russia, Central Asia and the Transcaucasus*, Indianapolis, Hudson Institute.
- OLCOTT, Martha Britt (1993), «Central Asia's political crisis», in Dale Eickelman (ed.), pp. 49-62.
- OLCOTT, Martha Britt (1994), «Sovereignty and the near-abroad», in *Orbis*, 39, 3, pp. 353-368.
- ORMOND, Jane (1993), «North Caucasus: fragmentation or federation?», in Ian Bremmer e Ray Taras (ed.), pp. 448-476.
- OYE, Kenneth, Robert Lieber e Donald Rotschild (eds.) (1992), *Eagle in a New World. American Grand Strategy in the Post-Cold War Era*, Nova Iorque, Harper Collins.
- PIPES, Richard (1990), *The Russian Revolution*, Nova Iorque, Knopf.
- PITTMAN, A. (1992), *From Ostpolitik to Reunification. West German-Soviet Political Relations since 1974*, Cambridge, Cambridge University Press.
- POND, Elizabeth, «An end, maybe, to sleepwalking in Ukraine», in *Washington Quarterly*, 18, 1, pp. 73-81.
- POND, Elizabeth (1993), *Beyond the Wall. Germany's Road to Unification*, Washington, D. C., Brookings.
- PORTER, Bruce (1991), «The coming resurgence of Russia», in *The National Interest*, 23, 1, pp. 14-23.
- PORTER, Bruce (1992), «A country instead of a cause: Russian foreign policy in the post-Soviet era», in *Washington Quarterly*, 15, 3, pp. 41-56.
- PORTER, Bruce, e Carol Saivetz (1994), «The once and future empire: Russia and the 'near abroad'», in *Washington Quarterly*, 17, 3, pp. 75-90.
- POZDNYAKOV, Elgiz (1992), «The geopolitical collapse of Russia», in *International Affairs* (Moscow), 3.
- POZDNYAKOV, Elgiz (1993), «Russia is a great power», in *International Affairs*, Moscow, 1, pp. 3-13.
- PUSHKOV, Alexei (1994), «Russia and America: the honeymoon is over», in *Foreign Policy*, 93, pp. 76-90.
- PRAVDA, Alex (1994), «The politics of foreign policy», in Stephen White, Alex Pravda, Zvi Gitelman, (eds.), pp. 208-233.
- PRAVDA, Alex (ed.) (1992), *The End of the Outer Empire: Soviet-East European Relations in Transition (1985-1990)*, Londres, RIIA, Sage.
- PRAVDA, Alex (1995), «La Russie et la sécurité européenne: un équilibre délicat», in *Revue de l'OTAN*, 5, pp. 19-24.
- PROEKTOR, Daniil (1992), «Ameaçados por todos os lados?», in *Nezavissimaia Gazeta*, 8 de Abril.
- PYADYSHEV, Boris, et al. (1993), «Russia's foreign policy agenda for 1993», *International Affairs*, (1993), 3, pp. 15-32.
- RAHR, Alexander (1992), «'Atlanticists' versus 'Eurasians' in Russian foreign policy», in *RFE-RL Research Report*, 1, 29 de Maio, pp. 17-22.
- RAKOWSKA-HAWTHORNE, Teresa (1994), Russia's 'Monroe doctrine': peacekeeping, peace-making, or imperial outreach», in Maureen Appel e Harald von Riekhoff (eds.).

- RAZMEROV, Vladimir (1994), «German unification and Russia», in *International Affairs*, Moscovo, 8, pp. 80-88.
- RODIONOV, N. (1992), «Os princípios da doutrina militar da Rússia», in *Voennaya mysl*, Julho, 6-14.
- ROGOV, Sergei, (ed.) (1992a), *Commonwealth Defense Arrangements and International Security*, Alexandria, Va., Occasional Paper, Center for Naval Analyses.
- ROGOV, Sergei (1992b), «International security and the collapse of the Soviet Union», in *Washington Quarterly*, 15, pp. 15-28.
- ROGOV, Sergei (ed.) (1993), *Russian Defense Policy: Challenges and Developments*, Alexandria, va, Occasional Paper, Center for Naval Analyses.
- ROGOV, Sergei (1994), «Military interests and the interests of the military», in Stephen Sestanovich, (ed.), pp. 68-82.
- ROZMAN, Gilbert (1992), *Japan's Responses to the Gorbachev Era, 1985-1991*, Princeton, Princeton University Press.
- RUBINSTEIN, Alvin (1994), «The geopolitical pull of Russia», in *Orbis*, 38, 4, pp. 567-583.
- RUEHL, Lothar (1994), «European security and NATO's eastward expansion», in *Aussenpolitik*, 46, 2, pp. 115-122.
- RUHE, Volker (1993), «Shaping Euro-atlantic policies», in *Survival*, 35, 2, pp. 134-135.
- RUMER, Eugene B. (1994), «Will Ukraine return to Russia?», in *Foreign Policy*, 96, pp. 129-144.
- RYURIKOV, Dmitri (1994), «Some comments on Russia's foreign policy», in *International Affairs*, Moscovo, 4, pp. 13-20.
- SAKWA, Richard (1993), *Russian Politics and Society*, Londres, Routledge.
- SAKWA, Richard (1994), «Russia, communism, democracy», in Stephen White, Alex Pravda, e Zvi Gitelman, (eds.), 287-308.
- SHIFTER, Richard (1995), «The partnership aims to preserve, not dilute, NATO strenght», in *International Herald Tribune*, 30 de Maio.
- SCHNEIDER, Eberhard (1995), «Moscow's decision for war in Chechenia», in *Aussenpolitik*, 46, 2, pp. 157-167.
- SEGAL, Gerald (1991), *Normalizing Soviet-Japanese Relations*, Londres, RIIA Special Papers.
- SESTANOVICH, Stephen (1988), «Gorbachev's foreign policy: a diplomacy of decline», *Problems of Communism*, 37, pp. 1-15.
- SESTANOVICH, Stephen (1990), «Inventing the Soviet national interest», in *The National Interest*, 20, pp. 3 -16.
- SESTANOVICH, Stephen (1994a), «Russia turns the corner», in *Foreign Affairs*, 73, 1, pp. 83-98.
- SESTANOVICH, Stephen, (ed.) (1994b), *Rethinking Russia's National Interests*, Washington, D. C., CSIS, Significant Issue Series XVI, 1.
- SHAPOSHNIKOV, Yevgeny (1993), «A security concept for Russia», in *International Affairs*, Moscovo, 10, pp. 10-19.
- SHEARMAN, Peter (1993), «New political thinking reassessed», in *Review of International Studies*, 19, 2, pp. 131-158.
- SHEARMAN, Peter (ed.) (1995), *Russian Foreign Policy since 1990*, Boulder, Co., Westview Press.
- SHEVARNADZE, Eduard (1991), *L'Avenir s'appelle liberté*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- SIDOROVA, Galina, e Irene Karaganova (eds.) (1995), *No great Europe without Russia, no Great Russia without Europe*, Report of the Commission for the Greater Europe, 1994, Helsinki: Suomen kansaliisviestinta.
- SIMON, Gehrard (1994), «La Russie: une hégémonie eurasiennne?», in *Politique étrangère*, 1, pp. 29-48.

- SIMON, Gehrard (1995), «Political culture in Russia», in *Aussenpolitik*, 46, 3, pp. 242-252.
- SIMON, Jeffrey (1993), «Does Eastern Europe belong in NATO?», in *Orbis*, 37, 1, pp. 21-35.
- SLOAN, Stanley (1995), «US perceptions on NATO's future», in *International Affairs*, 71, 2, pp. 217-231.
- SOCOR, Vladimir (1993), Moldova's 'Dniestr' ulcer», in *RFE-RL Research Report*, 2, 1.
- SMITH, Mark (1992), *The Eastern Giants. Russia, Ukraine and European Security*, Londres, Royal United Services Institute.
- SMITH, Mark (1993), *Pax Russica: Russia's Monroe Doctrine*, Londres, Royal United Services Institute.
- SNYDER, Jack (1988), «The Gorbachev revolution: the waning of Soviet expansionism», in *International Security*, 12, pp. 48-63.
- SNYDER, Jack (1990), «Averting anarchy in the new Europe», in *International Security*, 14, 4, pp. 5-41.
- SNYDER, Jack (1992), The transformation of the Soviet empire», in Kenneth Oye, Robert Lieber e Donald Rotschild (eds.), pp. 259-280.
- SODARO, Michael (1990), *Moscow, Germany and the West from Khrushchev to Gorbachev*, Ithaca, Cornell University Press.
- SOLZHENITSYN, Alexandre (1975), *Letter to the Soviet Leaders*, Boston, Harper and Row.
- SOLZHENITSYN, Alexandre (1990), *Comment réaménager notre Russie*, Paris, Fayard.
- SOROKIN, Konstantin (1994), «Russia after the crisis. The nuclear strategy debate», in *Orbis*, 138, 1, pp. 19-40.
- STACHETI, Carina (1993), «Une politique étrangère qui se cherche», in Robert Berton-Hogge e Marie-Agnés Crosnier (eds.), pp. 121-136.
- STANKEVICH, Sergei (1992), «Uma potência à procura de si própria», in *Nezavisimaia Gazeta*, 28 de Março.
- STAROVOITOVA, Galina (1992), «Mais uma mina debaixo da CEI», in *Moskovskie Novosti*, 22, 31 de Maio.
- STOKES, Gale (1993), *The Walls Came Tumbling down. The Collapse of Communism in Eastern Europe*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- SUNY, Ronald Grigos (1993), *The Revenge of the Past. Nationalism, Revolution and the Collapse of the Soviet Union*, Stanford, Stanford University Press.
- SZABO, Stephen (1992), *The Diplomacy of German Reunification*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- SZPORLUK, Roman (1992), «The national question», in Timothy Colton e Robert Legvold (eds.), pp. 113-146.
- TATU, Michel (1994), «Russie: la réurrection du 'grand frère'», in *Politique Internationale*, 62, pp. 313-327.
- TAYLOR, Trevor (ed.) (1992a), *The Collapse of the Soviet Empire*, Londres, Royal Institute of International Affairs, International Institute for Global Peace, Tóquio.
- TAYLOR, Trevor (ed.) (1992b), *NATO and Central Europe: Problems and Opportunities in a New relationship*, Londres, Royal Institute of International Affairs, Discussion Paper 39.
- TAYLOR, Trevor (1994), «West European security and defence cooperation: Maastricht and beyond», in *International Affairs*, 70, 1, pp. 1-16.
- TEAGUE, Elizabeth (1994), «Russians outside Russia and Russian security policy», in Leon Aron e Kenneth Jensen (eds.), pp. 81-105.
- TELTSCHIK, Horst (1991), *329 Tage: Innansichten der Einigung*, Berlim, Sieder Verlag.
- THOMAS, Timothy (1995), «Fault lines and factions in the Russian army», in *Orbis*, 39, 4, pp. 531-548.
- TINGUY, Anne de (1992), «L'émergence de la Russie sur la scène internationale», in *Politique étrangère*, 1, pp. 50-61.

- TOKES, Rudolf (1991), «From Visegrad to Krakow: cooperation, competition and coexistence in central Europe», in *Problems of Communism*, 6, pp. 100-114.
- TRAVKIN, Nikolai (1994), «Russia, Ukraine and Eastern Europe», in Stephen Sestanovich (ed.), pp. 33-41.
- TRENIN, Dimitri (1995), «Russia's security needs and the West», in Sidorova, Galina e Irene Karaganova (eds.), pp. 83-93.
- TREVERTON, Gregory (ed.) (1990), *Europe and America beyond 2000*, Nova Iorque, Council on Foreign Relations.
- ULAM, Adam (1962), «Nationalism, panslavism and communism», in Ivo Lederer, (ed.), pp. 39-68.
- ULAM, Adam (1974), *Expansion and Coexistence. Soviet Foreign Policy, 1917-1973*, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1974.
- ULAM, Adam (1983), *Dangerous Relations. The Soviet Union in World Politics, 1970-1982*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- ULAM, Adam (1981), «Russian nationalism», in Seweryn Bialer, (ed.), pp. 3-18.
- ULAM, Adam (1992), *The Communists. The Story of Power and Lost Illusions*, Nova Iorque, Charles Scribner's Sons.
- URBAN, G. R. (1993), *End of Empire. The Demise of the Soviet Union*, Washington, D. C., American University Press.
- WALLANDER, Celeste, e Jane Prokop (1993), Soviet security strategies toward Europe: after the wall, with their backs up against it», in Robert Keohane, Joseph Nye e Stanley Hoffmann (eds.), pp. 63-103.
- WALKER, William (1992), «Nuclear weapons and the former Soviet republics», in *International Affairs*, 68, 2, pp. 255-277.
- WALT, Stephen (1989), «Alliances in theory and practice: what lies ahead?», in *Journal of International Affairs*, 43, 1, pp. 1-17.
- WALTZ, Kenneth (1993), «The emerging structure of international politics», in *International Security*, 18, 2, pp. 44-79.
- WEBBER, Mark (1992), *The Emergence of the Foreign Policy of the Russian Federation*, Ms., BISA.
- WETTIG, Gehrard (1990), «The political implications of change in Eastern Europe», in *Aussenpolitik*, 40, 2, pp. 107-117.
- WETTIG, Gehrard (1991), «The German problem in Soviet policy», in *Aussenpolitik*, 41,1, pp. 38-51.
- WETTIG, Gehrard (1992a), *Russland und Deutschland in einem neuen System der europäischen Sicherheit*, Colónia, Bundesinstitut für Ostwissenschaftliche und Internationale Studien.
- WETTIG, Gehrard (1992b), «Security in Europe: a challenging task», in *Aussenpolitik*, 42, 1, pp. 3-11.
- WETTIG, Gehrard (1994), «Moscow's perception of NATO's role», in *Aussenpolitik*, 45, 2, pp. 124-133.
- WETTIG, Gehrard (1995), «Controversial foundations of security in Europe», in *Aussenpolitik*, 46, 1, pp. 41- 51.
- WHITE, Stephen (1990), *Gorbachev in Power*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WHITE, Stephen, Alex Pravda e Zvi Gitelman (1994), *Developments in Russian and post-Soviet Politics*, Londres, Macmillan.
- WILSON, Andrew (1994a), «Ukraine in 1993», in *Russia & the Successor States Briefing Service*, 2, 1, pp. 3-30.
- WILSON, Andrew (1994b), *Ukraine: from Perestroika to Independence*, Nova Iorque, St. Martin's Press.

- WOLFOWITZ, Paul (1994), «The US-Russian strategic partnership» in Stephen Sestanovich (ed.), pp. 52-67.
- WOODBY, Sylvia (1989), *Gorbachev and the Decline of Ideology in Soviet Foreign Policy*, Boulder, Co., Westview Press.
- WOODBY, Sylvia, e Alfred Evans, (eds.) (1990), *Restructuring Soviet Ideology: Gorbachev's New Thinking*, Boulder, Co., Westview Press.
- WORNER, Manfred (1994), «Le nouveau visage de l'OTAN», in *Politique Internationale*, 64, pp. 23-31.
- WOYKE, Wichard (1993), «NATO faces new challenges», in *Aussenpolitik*, 2, pp. 120-126.
- YANOV, Alexander (198), *The Great Challenge*, Londres, Basil Blackwell.
- YERASIMOS, Stéphane (1993), *Questions d'Orient, frontières et minorités des Balkans au Caucase*, Paris, La Découverte.
- YERASIMOS, Stéphane (1994), «Caucase: le retour de la Russie», *Politique étrangère*, 1, 1994, pp. 61-86.
- ZAGORSKY, Alexei (1992), «Twelve options of the Kuril issue settlement», in *Moscow News*, 37.
- ZAGORSKY, Alexei (1995), «The post-cold war security agenda of Russia: implications for Northeast Asia», in *Pacific Review*, 8 (1), pp. 77-97.
- ZAGORSKY, Andrei (1993a), «Russia and Europe», in *International Affairs*, Moscovo, 1, pp. 43-52.
- ZAGORSKY, Andrei (1993b), «The new Republics of the CIS in the CSCE», in Michael Lucas (ed.) (1993), pp. 279-292.
- ZAGORSKY, Andrei (1994a), «Reintegration in the former USSR?», in *Aussenpolitik*, 45, 3, pp. 263-272.
- ZAGORSKY, Andrei (1994b), «Russia, the CIS and the West», *International Affairs*, Moscovo, 12, pp. 65-72.
- ZAGORSKY, Andrei (1995), «What kind of CIS would do?», in *Aussenpolitik*, 46, 3, pp. 263-270.
- ZELIKOV, Philip, Condolezza Rice (1995), *Germany Unified and Europe Transformed*, Cambridge, Ma., Harvard University Press.
- ZIELONKA, Jan (1992), *Security in Central Europe*, Adelphi Paper 272.
- ZIELONKA, Jan (1994), «Les paradoxes de la politique étrangère polonaise», in *Politique étrangère*, 1, pp. 99- 114.
- ZIEGLER, Charles (1993), *Foreign Policy and East Asia*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- ZININ, Mikhail (1992), «O MID apresenta a sua politica externa», in *Nezavissimaia Gazeta*, 21 de Outubro.
- ZLENKO, Anatoly (1993), «Ukrainian security and the nuclear dilemma», in *NATO Review*, 4, pp. 11-14.
- ZLENKO, Anatoly (1994), «The foreign policy of Ukraine: principles of shaping and problems of implementing», in *International Affairs*, Moscovo, Agosto, pp. 12-18.